

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	20
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	27

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	83
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	86

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.516.732
Preferenciais	164.014
Total	9.680.746
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2018	Dividendo	31/12/2018	Ordinária		14,43724
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2018	Dividendo	31/12/2018	Preferencial		15,88096

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.683.481	4.644.524
1.01	Ativo Circulante	1.031.975	1.067.731
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	321.882	281.576
1.01.01.01	Caixa	3.467	2.080
1.01.01.02	Aplicação Financeiras	318.415	279.496
1.01.02	Aplicações Financeiras	143.672	135.585
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	143.672	135.585
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	143.672	135.585
1.01.03	Contas a Receber	393.273	488.693
1.01.03.01	Clientes	131.168	190.254
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	131.168	190.254
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	262.105	298.439
1.01.03.02.01	Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	183.889	224.471
1.01.03.02.02	Outros Créditos a Receber	78.216	73.968
1.01.04	Estoques	19.824	16.007
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.962	55.474
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.962	55.474
1.01.06.01.01	Créditos Tributários	62.962	55.474
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.221	1.255
1.01.07.01	Pagamentos Antecipados	1.221	1.255
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	89.141	89.141
1.01.08.03	Outros	89.141	89.141
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro da Concessão	89.141	89.141
1.02	Ativo Não Circulante	3.651.506	3.576.793
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.456.232	2.398.018
1.02.01.03	Contas a Receber	76.099	75.123
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	76.099	75.123
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.380.133	2.322.895
1.02.01.09.03	Aplicações Financeiras	9	9
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	5	5
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	44.376	40.748
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	719.332	700.172
1.02.01.09.08	Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda	2.094	2.094
1.02.01.09.10	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	214.908	180.458
1.02.01.09.11	Indenização Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.399.409	1.399.409
1.02.02	Investimentos	610.908	588.019
1.02.02.01	Participações Societárias	610.908	588.019
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	504.978	484.467
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	103.261	100.883
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.669	2.669
1.02.03	Imobilizado	555.930	563.588
1.02.04	Intangível	28.436	27.168
1.02.04.01	Intangíveis	28.436	27.168

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.683.481	4.644.524
2.01	Passivo Circulante	729.271	778.330
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.050	32.726
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	28.050	32.726
2.01.02	Fornecedores	235.091	243.102
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	235.091	243.102
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.919	22.401
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.812	22.359
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	16.376	2.001
2.01.03.01.02	Contribuição ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	5.076	5.662
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.641	7.072
2.01.03.01.04	Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	0	1.517
2.01.03.01.06	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.260	1.770
2.01.03.01.07	Outros	3.459	4.337
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	107	42
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	107	42
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.243	28.224
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	28.243	28.224
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.697	6.691
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	21.546	21.533
2.01.05	Outras Obrigações	240.695	235.611
2.01.05.02	Outros	240.695	235.611
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	140.000	140.000
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	67.124	66.386
2.01.05.02.05	Outros Passivos	33.571	29.225
2.01.06	Provisões	164.273	216.266
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	164.273	216.266
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.143	17.780
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	140.834	196.115
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	3.296	2.371
2.02	Passivo Não Circulante	1.571.035	1.541.895
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	373.512	377.730
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	373.512	377.730
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	48.566	50.175
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	324.946	327.555
2.02.02	Outras Obrigações	71.011	69.172
2.02.02.02	Outros	71.011	69.172
2.02.02.02.05	Obrigações com a Concessão	10.553	9.563
2.02.02.02.07	Outros Passivos	60.458	59.609
2.02.03	Tributos Diferidos	234.731	243.319
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	234.731	243.319
2.02.04	Provisões	891.781	851.674
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	891.781	851.674

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	588	571
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.750	65.916
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	741.415	704.896
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	83.028	80.291
2.03	Patrimônio Líquido	2.383.175	2.324.299
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	588.447
2.03.02	Reservas de Capital	0	327.186
2.03.04	Reservas de Lucros	1.869.192	1.869.192
2.03.04.01	Reserva Legal	20.415	20.415
2.03.04.02	Reserva Estatutária	40.832	40.832
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	194.505	194.505
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.04.11	Dividendos Remanescentes	604.136	604.136
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	56.706	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-458.356	-460.526

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	232.373	168.164
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	72.610	72.404
3.01.02	Disponibilização do Sistema de Transmissão	133.505	107.155
3.01.03	Receita de O&M	3.031	-4.151
3.01.04	Remuneração do Ativo Financeiro	30.228	3.374
3.01.05	Energia Elétrica de Curto Prazo	19.296	11.569
3.01.06	Receita de Construção	24.863	20.078
3.01.09	PIS e COFINS	-26.678	-16.452
3.01.10	Quota RGR	-772	0
3.01.11	Outros Encargos	-3.597	-4.093
3.01.12	Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT	-2.544	-1.321
3.01.13	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-10.922	-11.581
3.01.14	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-800	-505
3.01.15	Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-5.847	-8.313
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-164.351	-120.163
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-72.971	-20.351
3.02.02	Custo de Operação	-91.380	-99.812
3.03	Resultado Bruto	68.022	48.001
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	43	3.244
3.04.01	Despesas com Vendas	2.263	-625
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.744	-17.858
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.845	3.430
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14.238	-7.658
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-13.151	-7.225
3.04.05.02	Outras Despesas	-1.087	-433
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.917	25.955
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	68.065	51.245
3.06	Resultado Financeiro	-6.512	15.379
3.06.01	Receitas Financeiras	19.748	22.544
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.260	-7.165
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	61.553	66.624
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.360	-9.478
3.08.01	Corrente	-16.290	-4.359
3.08.02	Diferido	8.930	-5.119
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.193	57.146
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.193	57.146
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	5,60000	5,90000
3.99.01.02	PN	330,41000	5,90000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	5,60000	5,90000
3.99.02.02	PN	330,41000	5,90000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	54.193	57.146
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.828	28.224
4.02.01	Varição no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.024	37.040
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	-1.196	-8.816
4.03	Resultado Abrangente do Período	58.021	85.370

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	81.973	-8.218
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.110	39.803
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	54.193	57.146
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos de Longo Prazo	1.715	-16.288
6.01.01.03	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	6.112	5.850
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.917	-25.955
6.01.01.05	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	6.876	20.720
6.01.01.06	Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.263	624
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-8.930	3.317
6.01.01.08	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	1.905	0
6.01.01.09	Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	-3.063	1.480
6.01.01.10	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	-11.324	0
6.01.01.11	Variações Monetárias do Passivo Não Circulante	0	545
6.01.01.12	Reversão da Perda do Ativo Recuperável	0	-7.636
6.01.01.13	Encargo de Dívidas Provisionados	3.806	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	43.606	-60.655
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	61.502	-5.016
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-7.488	-738
6.01.02.03	Estoques	-3.817	-6.541
6.01.02.04	Pagamentos Antecipados	34	209
6.01.02.05	Contas a Receber	-153	0
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-3.628	-3.408
6.01.02.07	Ativos Financeiro da Concessão	-19.160	-19.301
6.01.02.08	Outros Créditos a Receber	46.038	2.126
6.01.02.09	Fornecedores	-8.011	-11.915
6.01.02.10	Obrigações Trabalhistas	-4.676	-5.540
6.01.02.11	Provisão para Benefícios a Empregados	-18.763	-11.516
6.01.02.12	Obrigações da Concessão	1.728	6.929
6.01.02.13	Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	0	-5.944
6.01.03	Outros	13.257	12.634
6.01.03.01	Obrigações Fiscais	10.518	15.978
6.01.03.02	Pagamentos de Encargos de Dívidas	-4.134	-4.258
6.01.03.03	Outros Passivos	6.873	914
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-36.081	-1.418
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-34.450	-1.242
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-1.631	-176
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.586	7.486
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	0	12.426
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-5.586	-4.940
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	40.306	-2.150
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	281.576	33.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	321.882	31.696

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	-327.186	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	-327.186	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.706	2.170	58.876
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.193	0	54.193
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.513	2.170	4.683
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	2.513	-2.513	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	854	854
5.05.02.08	Varição Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	5.024	5.024
5.05.02.09	IR e CS sobre a Varição Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-1.195	-1.195
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	56.706	-458.356	2.383.175

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.769	4.426	64.195
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.146	0	57.146
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.623	4.426	7.049
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	1.730	-1.730	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	893	0	893
5.05.02.08	Variação Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	7.636	7.636
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-1.480	-1.480
5.07	Saldos Finais	588.447	0	2.057.206	59.769	-459.494	2.245.928

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	287.554	203.455
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	283.533	207.055
7.01.02	Outras Receitas	1.758	-2.976
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.263	-624
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-106.151	-52.752
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-72.971	-20.351
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.137	-11.383
7.02.04	Outros	-27.043	-21.018
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-1.115	-145
7.02.04.02	Custo de Construção	-24.863	-20.078
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-1.065	-795
7.03	Valor Adicionado Bruto	181.403	150.703
7.04	Retenções	-19.251	-12.435
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.704	-5.525
7.04.02	Outras	-13.547	-6.910
7.04.02.01	Provisões	-13.547	-6.910
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	162.152	138.268
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.665	48.499
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.917	25.955
7.06.02	Receitas Financeiras	19.748	22.544
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	205.817	186.767
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	205.817	186.767
7.08.01	Pessoal	60.507	74.449
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.786	36.484
7.08.01.02	Benefícios	10.493	7.854
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.987	2.823
7.08.01.04	Outros	12.241	27.288
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	9.791	11.587
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	2.450	15.701
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	63.461	46.868
7.08.02.01	Federais	58.759	46.621
7.08.02.02	Estaduais	669	0
7.08.02.03	Municipais	4.033	247
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.656	8.304
7.08.03.02	Aluguéis	1.396	1.139
7.08.03.03	Outras	26.260	7.165
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	26.260	7.165
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	54.193	57.146
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	54.193	57.146

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.763.655	4.726.199
1.01	Ativo Circulante	1.035.541	1.072.322
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	324.671	285.333
1.01.01.01	Caixa	4.027	4.981
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	320.644	280.352
1.01.02	Aplicações Financeiras	143.672	135.585
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	143.672	135.585
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	143.672	135.585
1.01.03	Contas a Receber	384.121	479.889
1.01.03.01	Clientes	131.571	190.681
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	131.571	190.681
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	252.550	289.208
1.01.03.02.01	Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	183.889	224.471
1.01.03.02.02	Outros Créditos a Receber	68.661	64.737
1.01.04	Estoques	19.824	16.007
1.01.06	Tributos a Recuperar	63.098	55.592
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	63.098	55.592
1.01.06.01.01	Créditos Tributários	63.098	55.592
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.287	1.333
1.01.07.01	Pagamentos Antecipados	1.287	1.333
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	98.868	98.583
1.01.08.03	Outros	98.868	98.583
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro da Concessão	98.868	98.583
1.02	Ativo Não Circulante	3.728.114	3.653.877
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.568.211	2.508.608
1.02.01.03	Contas a Receber	120.416	115.007
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	120.416	115.007
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.447.795	2.393.601
1.02.01.09.03	Aplicações Financeiras	9	9
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	5	5
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	72.066	43.471
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro da Concessão	935.764	912.615
1.02.01.09.07	Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda	2.094	2.094
1.02.01.09.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	38.448	35.998
1.02.01.09.10	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	1.399.409	1.399.409
1.02.02	Investimentos	385.083	364.648
1.02.02.01	Participações Societárias	385.083	364.648
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	382.414	361.979
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.669	2.669
1.02.03	Imobilizado	746.006	753.076
1.02.04	Intangível	28.814	27.545
1.02.04.01	Intangíveis	28.814	27.545

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.763.655	4.726.199
2.01	Passivo Circulante	785.770	836.816
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.052	32.739
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	28.052	32.739
2.01.02	Fornecedores	284.151	292.011
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	284.151	292.011
2.01.03	Obrigações Fiscais	35.891	26.704
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.784	26.662
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	16.376	2.463
2.01.03.01.02	Contribuição ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	5.147	8.196
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.651	7.096
2.01.03.01.04	Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	0	1.517
2.01.03.01.06	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.260	1.770
2.01.03.01.07	Outros	6.350	5.620
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	107	42
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	107	42
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.243	28.224
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	28.243	28.224
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.697	6.691
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	21.546	21.533
2.01.05	Outras Obrigações	245.160	240.872
2.01.05.02	Outros	245.160	240.872
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	140.000	140.000
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	67.124	66.386
2.01.05.02.05	Outros Passivos	38.036	34.486
2.01.06	Provisões	164.273	216.266
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	164.273	216.266
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.143	17.780
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	140.834	196.115
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	3.296	2.371
2.02	Passivo Não Circulante	1.580.151	1.550.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	373.512	377.730
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	373.512	377.730
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	48.566	50.175
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	324.946	327.555
2.02.02	Outras Obrigações	80.127	78.046
2.02.02.02	Outros	80.127	78.046
2.02.02.02.05	Obrigações com a Concessão	10.553	9.563
2.02.02.02.06	Obrigações Fiscais	6.930	7.096
2.02.02.02.07	Outros Passivos	62.644	61.387
2.02.03	Tributos Diferidos	234.731	243.319
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	234.731	243.319
2.02.04	Provisões	891.781	851.674

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	891.781	851.674
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	588	571
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.750	65.916
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	741.415	704.896
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	83.028	80.291
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.397.734	2.338.614
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	588.447
2.03.02	Reservas de Capital	0	327.186
2.03.04	Reservas de Lucros	1.869.192	1.869.192
2.03.04.01	Reserva Legal	20.415	20.415
2.03.04.02	Reserva Estatutária	40.832	40.832
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	194.505	194.505
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.04.11	Dividendos Remanescentes	604.136	604.136
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	56.706	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-458.356	-460.526
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	14.559	14.315

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	237.718	171.564
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	72.768	72.404
3.01.02	Disponibilização do Sistema de Transmissão	133.505	107.154
3.01.03	Receita de O&M	3.184	-4.151
3.01.04	Remuneração do Ativo Financeiro	32.871	6.327
3.01.05	Energia Elétrica de Curto Prazo	19.296	11.569
3.01.06	Receita de Construção	27.298	20.525
3.01.07	PIS e COFINS	-26.722	-16.452
3.01.08	Quota RGR	-772	0
3.01.09	Outros Encargos	-3.597	-4.093
3.01.10	Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT	-2.544	-1.320
3.01.11	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-10.922	-11.581
3.01.12	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-800	-505
3.01.13	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-5.847	-8.313
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-166.789	-120.610
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-72.971	-20.350
3.02.02	Custo de Operação	-93.818	-100.260
3.03	Resultado Bruto	70.929	50.954
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.574	766
3.04.01	Despesas com Vendas	2.263	-624
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.054	-18.215
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.845	3.430
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14.331	-7.777
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-13.244	-7.344
3.04.05.02	Outras Despesas	-1.087	-433
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.703	23.952
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	68.355	51.720
3.06	Resultado Financeiro	-6.531	15.214
3.06.01	Receitas Financeiras	19.782	22.559
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.313	-7.345
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	61.824	66.934
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.387	-9.531
3.08.01	Corrente	-16.317	-4.412
3.08.02	Diferido	8.930	-5.119
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.437	57.403
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	54.437	57.403
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	54.193	57.146
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	244	257
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	5,62000	5,93000
3.99.01.02	PN	331,91000	5,93000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	5,62000	5,93000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.99.02.02	PN	331,91000	5,93000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	54.437	57.403
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.828	28.224
4.02.01	Varição Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.024	37.040
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	-1.196	-8.816
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	58.265	85.627
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	58.021	85.371
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	244	256

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	55.972	-16.808
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.001	39.110
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	54.437	57.403
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos de Longo Prazo	1.715	-16.288
6.01.01.03	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	6.112	5.850
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-21.703	-23.952
6.01.01.05	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	6.876	20.720
6.01.01.06	Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.263	624
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-9.658	3.317
6.01.01.08	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	1.905	0
6.01.01.09	Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	-3.063	1.480
6.01.01.10	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	-11.324	0
6.01.01.11	Variações Monetárias do Passivo Não Circulante	0	545
6.01.01.12	Receita com Atualização da Conta de Resultados a Compensar - CRC	0	-7.636
6.01.01.13	Encargos de Dívidas Provisionados	3.806	0
6.01.01.14	Outros	-1.839	-2.953
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	21.209	-66.996
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	61.504	-4.958
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-7.503	-734
6.01.02.04	Estoques	-3.817	-6.541
6.01.02.06	Pagamentos Antecipados	44	230
6.01.02.07	Contas a Receber	-129	0
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-22.932	-3.442
6.01.02.10	Ativos Financeiro da Concessão	-19.160	-19.301
6.01.02.12	Outros Créditos a Receber	46.038	2.550
6.01.02.13	Fornecedores	-7.860	-18.744
6.01.02.14	Obrigações Trabalhistas	-4.684	-5.525
6.01.02.15	Provisão para Benefícios a Empregados	-22.020	-11.516
6.01.02.16	Obrigações da Concessão	1.728	6.929
6.01.02.17	Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	0	-5.944
6.01.03	Outros	9.762	11.078
6.01.03.01	Obrigações Fiscais	8.352	15.195
6.01.03.02	Pagamentos de Encargos de Dívidas	-4.134	-4.258
6.01.03.03	Outros Passivos	5.544	141
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-39.449	171.067
6.02.01	Aumento do Investimento	0	176.710
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-34.795	-894
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-3.023	-4.573
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-1.631	-176
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	22.815	-157.219
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	0	12.426
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-5.586	-4.940

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.03.03	Integralização de Capital Social	0	-176.710
6.03.04	Partes Relacionadas	28.401	12.005
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	39.338	-2.960
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	285.333	37.654
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	324.671	34.694

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	-327.186	0	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	-327.186	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.706	2.170	58.876	244	59.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.193	0	54.193	244	54.437
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.513	2.170	4.683	0	4.683
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	2.513	-2.513	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	854	854	0	854
5.05.02.08	Variação Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	5.024	5.024	0	5.024
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-1.195	-1.195	0	-1.195
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	56.706	-458.356	2.383.175	14.559	2.397.734

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733	17.534	2.199.267
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733	17.534	2.199.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.769	4.426	64.195	359	64.554
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.146	0	57.146	359	57.505
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.623	4.426	7.049	0	7.049
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	1.730	-1.730	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	893	0	893	0	893
5.05.02.08	Varição Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	7.636	7.636	0	7.636
5.05.02.09	IR e CS sobre a Varição Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-1.480	-1.480	0	-1.480
5.07	Saldos Finais	588.447	0	2.057.206	59.769	-459.494	2.245.928	17.893	2.263.821

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	292.943	206.855
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	288.922	210.455
7.01.02	Outras Receitas	1.758	-2.976
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.263	-624
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-108.724	-53.401
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-72.971	-20.351
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.243	-11.452
7.02.04	Outros	-29.510	-21.598
7.03	Valor Adicionado Bruto	184.219	153.454
7.04	Retenções	-19.251	-12.435
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.704	-5.525
7.04.02	Outras	-13.547	-6.910
7.04.02.01	Provisões	-13.547	-6.910
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	164.968	141.019
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	41.485	46.509
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.703	23.952
7.06.02	Receitas Financeiras	19.782	22.557
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	206.453	187.528
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	206.453	187.528
7.08.01	Pessoal	60.727	74.637
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.003	36.672
7.08.01.02	Benefícios	10.496	7.854
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.987	2.823
7.08.01.04	Outros	12.241	27.288
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	9.791	11.587
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	2.450	15.701
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	63.562	46.992
7.08.02.01	Federais	58.860	46.745
7.08.02.02	Estaduais	669	0
7.08.02.03	Municipais	4.033	247
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.727	8.496
7.08.03.02	Aluguéis	1.414	1.139
7.08.03.03	Outras	26.313	7.357
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	26.313	7.357
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	54.437	57.403
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	54.437	57.403

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

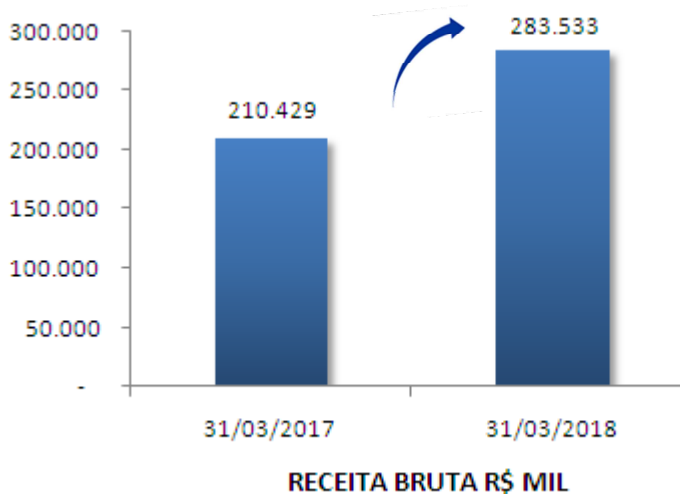
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 31 de Março de 2018 e 2017

	31/03/2018	31/03/2017	Δ %
Receita Operacional Bruta.....	283.533	210.429	34,74
Deduções da Receita Operacional.....	(51.160)	(42.265)	21,04
Receita Operacional Líquida.....	232.373	168.164	38,18
Custo do Serviço de Energia Elétrica.....	(164.351)	(120.163)	36,77
Custo com Energia Elétrica.....	(72.971)	(20.351)	258,56
Custo de Operação.....	(91.380)	(99.812)	(8,45)
Lucro Operacional Bruto.....	68.022	48.001	41,71
Despesas Operacionais.....	(25.632)	(25.708)	(0,30)
Outras Receitas.....	2.845	3.430	(17,06)
Outras Despesas.....	(1.087)	(433)	150,75
Resultado do Serviço.....	44.148	25.290	74,57
Depreciação e Amortização.....	5.797	5.525	4,92
Resultado de Participações Societárias.....	23.917	25.955	(7,85)
EBITDA.....	49.945	30.815	62,08
Margem EBITDA.....	21,49%	18,32%	17,29
Receita/Despesa Financeira.....	(6.512)	15.379	(142,34)
IR e CS.....	(7.360)	(9.478)	(22,35)
Resultado Líquido do Período.....	54.193	57.146	(5,17)

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta é valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT encerrou o mês Março de 2018 com uma receita operacional bruta de R\$283.533 milhões representando um acréscimo de 34,74% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$210.429 milhões.



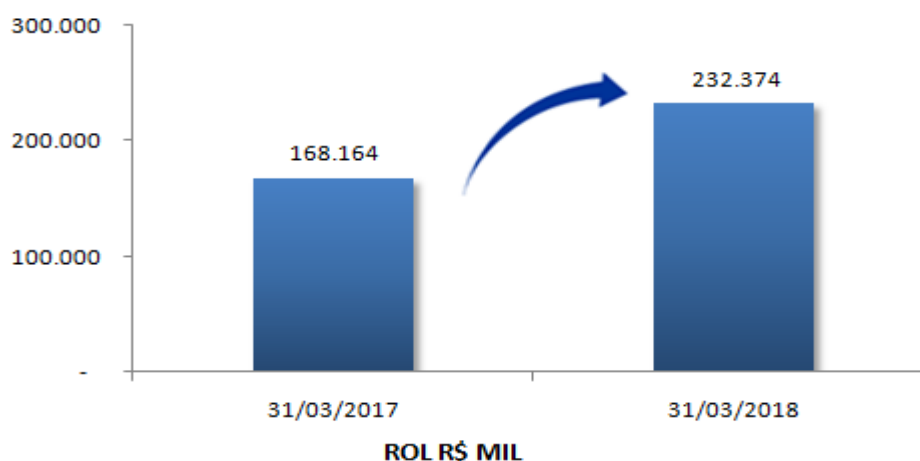
Comentário do Desempenho

Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional são os valores deduzidos diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre venda e os encargos intra-setoriais. As deduções da receita operacional em março de 2018 totalizaram R\$51.160 milhões.

Receita Operacional Líquida - ROL

A ROL é basicamente o faturamento deduzido de encargos e tributos, tais como os impostos sobre venda e os encargos intra-setoriais. A receita líquida em março de 2017 foi de R\$168.164 milhões, já em março de 2018 foi de R\$232.373 milhões, refletindo uma margem de 21,49%.



Custo do Serviço de Energia Elétrica

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços e se divide em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação. Observa-se que 2017 o Custo do Serviço de Energia Elétrica incrementou em 73,04%, sendo que o Custo com Energia Elétrica foi o item de maior impacto.

- Custo com Energia Elétrica: O custo com energia elétrica elevou-se em 258,56% passando de R\$20.351 milhões em março de 2017 para R\$72.971 milhões em março de 2018. Este incremento é preponderantemente explicado pelo registro das Recontabilizações CCEE Curto prazo.
- Custo de Operação: O custo de operação apresentou um decréscimo de 8,45% apresentando em março de 2018 um valor de R\$91.380 milhões em comparação ano anterior no qual o custo era de R\$99.812 milhões. Esta variação é explicada pela redução na rubrica de Pessoal e Administradores.

As despesas operacionais são os gastos para a manutenção da atividade da empresa, inclui as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais. As despesas operacionais não apresentaram variação significativa.

Comentário do Desempenho

EBITDA

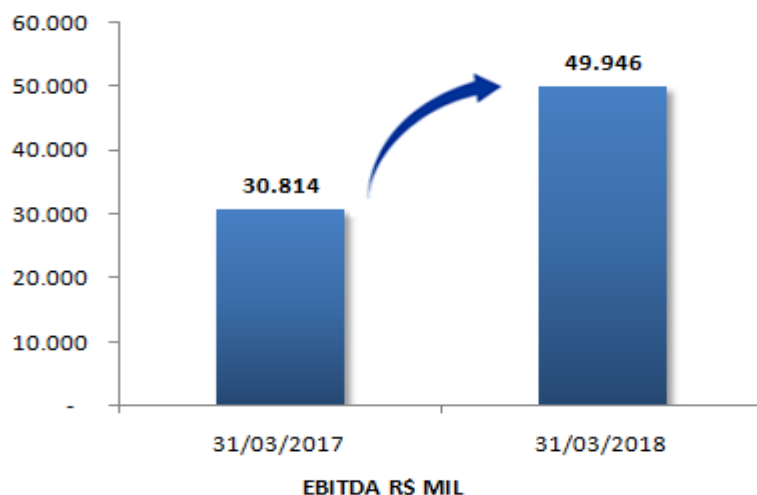
A composição do EBITDA de 31 de março de 2018, bem como do mesmo período do ano anterior é de:

	31/03/2018	31/03/2017
Receita Operacional Líquida	232.373	168.164
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(164.351)	(120.163)
(-) Despesas/Receitas Operacionais (*)	(23.874)	(22.712)
= Resultado Operacional	44.149	25.289
(+) Depreciação/Amortização	5.797	5.525
EBTIDA	49.946	30.814
Margem EBTIDA	21,49%	18,32%

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

Em linhas gerais o EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Em março de 2018 o incremento de 62,09% no indicador EBITDA em comparação ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente, ao incremento da receita operacional, em consequência do reajuste da Transmissora. Da mesma forma a margem do EBITDA apresentou acréscimo, passando de 18,32% em março de 2017 para 21,49% em março de 2018.



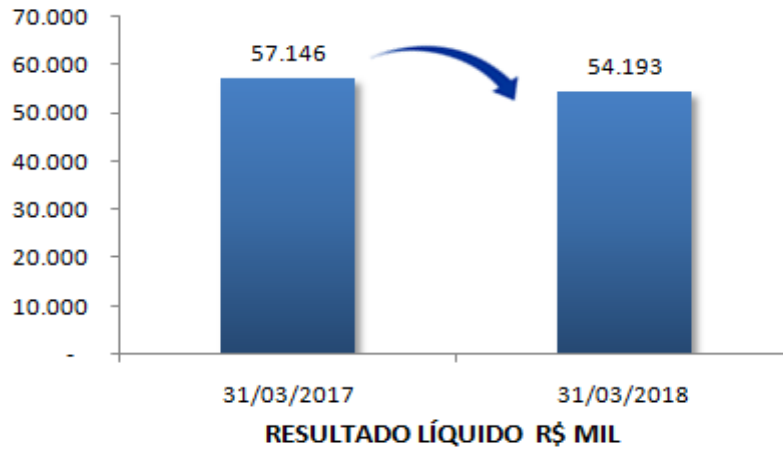
Resultado Financeiro

- Receita Financeira – No mês de março de 2018, as receitas somaram R\$19.748 milhões, ocorrendo uma redução de 12,4% se comparadas com o mesmo período do ano anterior, no qual as receitas somavam R\$22.544 milhões, devido principalmente à redução da Renda de Aplicação Financeira.
- Despesa Financeira – aumentou em 27,0%, passando de R\$7.165 milhões em março de 2017 para R\$26.260 milhões em março de 2018, devido principalmente à Variação Monetária e Cambial dos Empréstimos e Financiamentos e também a Despesa Financeira de Recontabilizações CCEE.

Comentário do Desempenho

Resultado do Período

O resultado do período é obtido pela diferença entre todas as receitas e todas as despesas do período. Como consequência da combinação de todos os efeitos anteriormente mencionados, o lucro líquido em 31 de março de 2018 alcançou R\$54.193 milhões, apresentando uma redução de 5,0% em relação ao mesmo período de 2017.



Notas Explicativas

Balanco Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017			31/03/2018	31/12/2017		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	321.882	281.576	324.671	285.333	Fornecedores	17	235.091	243.102	284.151	292.011
Investimentos em Títulos do Governo	10	143.672	135.585	143.672	135.585	Obrigações Trabalhistas	18	28.050	32.726	28.052	32.739
Concessionárias e Permissionárias	6	131.168	190.254	131.571	190.681	Obrigações Fiscais	19	32.919	22.401	35.891	26.704
Tributos a Recuperar	7	62.962	55.474	63.098	55.592	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	28.243	28.224	28.243	28.224
Estoques	8	19.824	16.007	19.824	16.007	Provisão para Benefícios a Empregados	21	140.834	196.115	140.834	196.115
Ativo Financeiro da Concessão	12	89.141	89.141	98.868	98.583	Obrigações da Concessão	22	67.124	66.386	67.124	66.386
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	13	183.889	224.471	183.889	224.471	Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	23	23.439	20.151	23.439	20.151
Pagamentos Antecipados		1.221	1.255	1.287	1.333	Outros Passivos	24	33.571	29.225	38.036	34.486
Outros Créditos a Receber	9	78.216	73.968	68.661	64.737	Dividendos Obrigatórios.....		140.000	140.000	140.000	140.000
		1.031.975	1.067.731	1.035.541	1.072.322			729.271	778.330	785.770	836.816
						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
						Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	373.512	377.730	373.512	377.730
						Provisão para Benefícios a Empregados	21	741.415	704.896	741.415	704.896
						Obrigações Fiscais	19	-	-	6.930	7.096
						Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	23	150.366	146.778	150.366	146.778
						Obrigações da Concessão	22	10.553	9.563	10.553	9.563
						Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25	234.731	243.319	234.731	243.319
						Outros Passivos	24	60.458	59.609	62.644	61.387
								1.571.035	1.541.895	1.580.151	1.550.769
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Tributos a Recuperar	7	5	5	5	5	Capital Social	26.1	915.633	588.447	915.633	588.447
Aplicações Financeiras	5	9	9	9	9	Reserva de Capital		-	327.186	-	327.186
Depósitos Judiciais	11	44.376	40.748	72.066	43.471	Outros Resultados Abrangentes	26.2	(458.356)	(460.526)	(458.356)	(460.526)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	14.8	214.908	180.458	38.448	35.998	Reserva Legal	26.3.1	20.415	20.415	20.415	20.415
Ativo Financeiro da Concessão	12	719.332	700.172	935.764	912.615	Reserva Estatutária.....	26.3.4	40.832	40.832	40.832	40.832
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	13	1.399.409	1.399.409	1.399.409	1.399.409	Reserva Especial de Lucros a realizar.....	26.3.2	194.505	194.505	194.505	194.505
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda		2.094	2.094	2.094	2.094	Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído.....	26.3.3	604.136	604.136	604.136	604.136
Outros Créditos a Receber	9	76.099	75.123	120.416	115.007	Reserva de Incentivos Fiscais	26.5	1.009.304	1.009.304	1.009.304	1.009.304
Investimentos	14	610.908	588.019	385.083	364.648	Lucros (Prejuízos) Acumulados		56.706	-	56.706	-
Imobilizado	15	555.930	563.588	746.006	753.076			2.383.175	2.324.299	2.383.175	2.324.299
Intangível	16	28.436	27.168	28.814	27.545	Participação dos não controladores		-	-	14.559	14.315
		3.651.506	3.576.793	3.728.114	3.653.877			2.383.175	2.324.299	2.397.734	2.338.614
TOTAL DO ATIVO		4.683.481	4.644.524	4.763.655	4.726.199	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.683.481	4.644.525	4.763.655	4.726.199

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	232.373	168.164	237.718	171.564
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(164.351)	(120.163)	(166.789)	(120.611)
Custo com Energia Elétrica	29	(72.971)	(20.351)	(72.971)	(20.351)
Custo de Operação	30	(91.380)	(99.812)	(93.818)	(100.259)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		68.022	48.001	70.929	50.953
Despesas Operacionais		(25.632)	(25.708)	(26.035)	(26.184)
Despesas com Vendas	30	2.263	(624)	2.263	(624)
Despesas Gerais e Administrativas	30	(14.744)	(17.858)	(15.054)	(18.215)
Outras Despesas Operacionais	30	(13.151)	(7.225)	(13.244)	(7.344)
Outras Receitas	31	2.845	3.430	2.845	3.430
Outras Despesas	31	(1.087)	(433)	(1.087)	(433)
RESULTADO DO SERVIÇO		44.148	25.290	46.652	27.766
Resultado de Participações Societárias		23.917	25.955	21.703	23.952
Resultado Financeiro, Líquido	32	(6.512)	15.379	(6.531)	15.214
Resultado Operacional		61.553	66.624	61.824	66.932
RESULTADO ANTES DO IR E CS		61.553	66.624	61.824	66.932
Imposto de Renda Corrente	33	(11.899)	(3.178)	(11.915)	(3.215)
Imposto de Renda Diferido	33	6.566	(3.743)	6.566	(3.743)
Contribuição Social Corrente	33	(4.391)	(1.181)	(4.402)	(1.196)
Contribuição Social Diferida	33	2.364	(1.376)	2.364	(1.376)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		54.193	57.146	54.437	57.403
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	27	5,60	5,90	5,62	5,93
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	27	330,41	5,90	331,91	5,93
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	54.193	57.146
Atribuído ao Acionista Não Controlador		-	-	244	257

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		54.193	57.146	54.437	57.403
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		3.828	28.224	3.828	28.224
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	5.024	37.040	5.024	37.040
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	10	(1.196)	(8.816)	(1.196)	(8.816)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		58.021	85.371	58.265	85.627
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora				58.021	85.371
Atribuído ao Acionista Não Controlador				245	256

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de reais)

CONTROLADORA												
Reserva de Lucro												
Nota Explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos	Reserva Estatutaria	Reserva Lucros a Realizar	Dividendos Remanescentes	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
Saldos em 31/12/2016	588.447	1.209.304	42.396	129.143	84.790	273.610	317.963	-	(463.920)	2.181.733	17.534	2.199.267
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	57.146	-	57.146	358	57.504
Outros resultados abrangentes												
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis pa	10	-	-	-	-	-	-	-	7.636	7.636	-	7.636
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados ab	10	-	-	-	-	-	-	-	(1.480)	(1.480)	-	(1.480)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	6.156	6.156	-	6.156
Ajuste de Avaliação Patrimonial												
Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	1.730	(1.730)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos		-	-	-	-	-	-	893	-	893	-	893
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	2.623	(1.730)	893	-	893
Saldos em 31/03/2017	588.447	1.209.304	42.396	129.143	84.790	273.610	317.963	59.769	(459.494)	2.245.928	17.892	2.263.820

CONTROLADORA												
Reserva de Lucro												
Nota Explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos	Reserva Estatutaria	Reserva Lucros a Realizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
Saldos em 31/12/2017	588.447	327.186	1.009.304	20.415	604.136	40.832	194.505	-	(460.526)	2.324.299	14.315	2.338.614
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	54.193	-	54.193	244	54.437
Integralização de capital	327.186	(327.186)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes												
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis pa	10	-	-	-	-	-	-	-	5.024	5.024	-	5.024
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados ab	10	-	-	-	-	-	-	-	(1.195)	(1.195)	-	(1.195)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	3.829	3.829	-	3.829
Ajuste de Avaliação Patrimonial												
Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	2.513	(2.513)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos		-	-	-	-	-	-	-	854	854	-	854
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	2.513	(1.659)	854	-	854
Saldos em 31/03/2018	915.633	-	1.009.304	20.415	604.136	40.832	194.505	56.706	(458.356)	2.383.175	14.559	2.397.734

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	54.193	57.146	54.437	57.403
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	1.715	(16.288)	1.715	(16.288)
Variações Monetárias do Passivo Não Circulante	-	545	-	545
Encargos de dívidas provisionados.....	3.806	-	3.806	-
Depreciação e Amort. de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	6.112	5.850	6.112	5.850
Resultado de Equivalência Patrimonial	(23.917)	(25.955)	(21.703)	(23.952)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras	6.876	20.720	6.876	20.720
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.263)	624	(2.263)	624
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(8.930)	3.317	(9.658)	3.317
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	1.905	-	1.905	-
Reversão da perda do ativo recuperável.....	-	(7.636)	-	(7.636)
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	(3.063)	1.480	(3.063)	1.480
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	(11.324)	-	(11.324)	-
Outros	-	-	(1.839)	(2.953)
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	25.110	39.803	25.001	39.110
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante				
Concessionárias e Permissionárias	61.502	(5.016)	61.504	(4.958)
Tributos a Recuperar	(7.488)	(738)	(7.503)	(734)
Estoques	(3.817)	(6.541)	(3.817)	(6.541)
Pagamentos Antecipados	34	209	44	230
Contas a Receber	(153)	-	(129)	-
Depósitos Judiciais	(3.628)	(3.408)	(22.932)	(3.442)
Ativo Financeiro da Concessão	(19.160)	(19.301)	(19.160)	(19.301)
Outros Créditos a Receber	46.038	2.126	46.038	2.550
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	(16.465)	(15.352)	(23.074)	(23.722)
Fornecedores	(8.011)	(11.915)	(7.860)	(18.744)
Obrigações Trabalhistas	(4.676)	(5.540)	(4.684)	(5.525)
Obrigações Fiscais	10.518	15.978	8.352	15.195
Provisão para Benefícios a Empregados	(18.763)	(11.516)	(22.020)	(11.516)
Obrigações da Concessão	1.728	6.929	1.728	6.929
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	-	(5.944)	-	(5.944)
Pagamento de Encargos de Dívidas	(4.134)	(4.258)	(4.134)	(4.258)
Outros Passivos	6.873	914	5.544	141
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	81.973	(8.218)	55.972	(16.808)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(36.081)	(1.418)	(39.449)	171.067
Aumento de Investimentos	-	-	-	176.710
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	(3.023)	(4.573)
Aquisição de Ativo Intangível	(1.631)	(176)	(1.631)	(176)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(34.450)	(1.242)	(34.795)	(894)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Caixa Líquido Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento	(5.586)	7.486	22.815	(157.219)
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	-	12.426	-	12.426
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(5.586)	(4.940)	(5.586)	(4.940)
Integralização de Capital Social	-	-	-	(176.710)
Partes Relacionadas.....	-	-	28.401	12.005
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	40.306	(2.150)	39.338	(2.960)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	281.576	33.846	285.333	37.654
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	321.882	31.696	324.671	34.694

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
RECEITAS					
Receita Operacional Bruta	28	283.533	207.055	288.922	210.455
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	30	2.263	(624)	2.263	(624)
Outras Receitas e Despesas		1.758	(2.976)	1.758	(2.976)
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(106.151)	(52.752)	(108.724)	(53.401)
Material	30	(563)	(291)	(563)	(291)
Serviços de Terceiros	30	(5.574)	(11.092)	(5.680)	(11.161)
Custo de Energia Comprada	29	(72.971)	(20.351)	(72.971)	(20.351)
Outros Custos Operacionais	30	(1.115)	(145)	(1.115)	(145)
Custo de Construção	30	(24.863)	(20.078)	(27.298)	(20.525)
Outras Despesas Operacionais	30	(1.065)	(795)	(1.097)	(928)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		181.403	150.703	184.219	153.454
(-) Depreciação e Amortização	30	(5.704)	(5.525)	(5.704)	(5.525)
(-) Provisões	30	(13.547)	(6.910)	(13.547)	(6.910)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		162.152	138.268	164.968	141.019
(+) Resultado de Participações Societárias		23.917	25.955	21.703	23.952
(+) Receitas Financeiras	32	19.748	22.544	19.782	22.557
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		205.817	186.767	206.453	187.528
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal					
Remuneração Direta		60.507	74.449	60.727	74.637
Remuneração Direta		34.786	36.484	35.003	36.672
Benefícios		10.493	7.854	10.496	7.854
Plano de Benefícios Previdenciais		9.791	11.587	9.791	11.587
Compromissos Previdenciais		2.450	15.701	2.450	15.701
F.G.T.S.		2.987	2.823	2.987	2.823
Impostos, Taxas e Contribuições		63.461	46.868	63.562	46.992
Federais		58.759	46.621	58.860	46.745
Estaduais		669	-	669	-
Municipais		4.033	247	4.033	247
Remuneração de Capitais de Terceiros		27.656	8.304	27.727	8.496
Aluguéis	30	1.396	1.139	1.414	1.139
Despesas Financeiras	32	26.260	7.165	26.313	7.357
Remuneração de Capitais Próprios		54.193	57.146	54.437	57.403
Lucro Líquido do Exercício		54.193	57.146	54.437	57.403
TOTAL		205.817	186.767	206.453	187.528

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Notas Explicativas

às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2018

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. Em janeiro de 2014 a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a sócia Zhejiang United Engeneering CO Ltda, transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT. Ainda no exercício de 2014 foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$25.000, durante o exercício de 2015 foi integralizado o montante de R\$9.947 e no exercício de 2016 totalizaram R\$176.710 e integralizados pela CEEE-GT na Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 90,40% do capital integralizado.

No segmento de geração, a CEEE-GT também exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme descrito na nota explicativa nº 14.2.

1.1. Das Concessões

1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei 12.783/13, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia para o regime de cotas.

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

Notas Explicativas

UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS						
				TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, ficou delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, sendo que, em paralelo, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões, em especial no que se refere à indenização dos investimentos ainda não depreciados inerentes às usinas renovadas. Vide nota explicativa nº 15.

1.1.1.1. Aspectos Regulatórios

a) Repactuação do Risco Hidrológico

As condições hidrológicas adversas ocorridas no último triênio, somada às decisões operativas e a outros fatores que influenciam no despacho da geração pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), afetaram financeiramente os agentes hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que, ao não conseguirem entregar energia suficiente para honrar seus contratos, ficaram expostos ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no Mercado de Curto Prazo (MCP).

A Companhia, com o objetivo de se proteger financeiramente dos valores a ela atribuídos a título de risco hidrológico, bem como do rateio dos valores proveniente de outros agentes protegidos judicialmente, ingressou com ação judicial e obteve decisão liminar, com efeitos a partir de março de 2015, limitando a redução, via Fator de Ajuste do MRE (GSF), a 5% da Garantia Física das usinas modeladas no perfil da CEEE-GT junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e que não foram objeto de renovação das Concessões prevista na Lei nº 12.783/2013.

A Lei nº 13.203, publicada em 9 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa ANEEL nº 684, publicada em 14 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes participantes do MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

A referida regulamentação apresentou propostas distintas para a energia contratada no ano de 2015 no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), porém ambas tinham

Notas Explicativas

como condição para a repactuação a retirada de qualquer ação judicial relativa ao tema, com resolução de mérito.

Devido à característica do portfólio de contratos de venda de energia em 2015, a Companhia teve quase que a totalidade de sua energia remetida à modalidade de repactuação no ACL, cuja proposta se caracteriza pela contratação de energia de reserva.

Em janeiro de 2016 a Administração decidiu por não aderir à proposta, mantendo a ação judicial em curso.

Em 2017, nos meses de abril e setembro, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos em janeiro de 2018, a partir de deliberação do Conselho de Administração da CCEE.

Frente a esta cobrança a Companhia ingressou com requerimento administrativo na ANEEL, buscando um maior detalhamento do valor cobrado, bem como aguardar deliberação da Agência sobre eventual parcelamento dos débitos relativos à reversão de provimentos judiciais que limitavam a responsabilidade de geradores hidrelétricos no que toca ao ônus decorrente do GSF. Judicialmente a CEEE-GT conquistou mandado de segurança suspendendo a cobrança do respectivo débito e desonerando a Companhia de todos os eventuais ônus e sanções relacionados ao não aporte da garantia financeira e não pagamento do respectivo débito, até a apreciação definitiva na esfera administrativa acerca do requerimento administrativo apresentado pela Companhia.

1.1.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579, ficando delineado o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI. Vide nota explicativa nº 13.

Ainda, no que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. A Companhia submeteu à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados em 29/04/2015 e conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tem um prazo de 150 dias para validar as informações. Outras informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 9.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/13), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita,

Notas Explicativas

previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Companhia até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2018, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”)*, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR, as Informações Trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas Informações Trimestrais individuais e consolidadas, e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e Informações Trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2017.

As Informações Trimestrais Compreendem:

a) Informações Trimestrais Individuais

As Informações Trimestrais Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo

Notas Explicativas

International Accounting Standards Board - IASB. Essas informações trimestrais individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

b) Informações Trimestrais Consolidadas

As Informações Trimestrais Consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. E, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

3.1.1. Autorização e Emissão das Informações Trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a emissão das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas em 11/05/2018.

3.1.2. Base de Mensuração

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.3. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.1.4. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados. Vide nota explicativa nº 27.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas Informações Trimestrais. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das informações trimestrais. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real.

Notas Explicativas

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis.

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra provisão sobre contas a receber que a administração entende terem incerteza quanto ao seu recebimento. Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Financeiro da Concessão

O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das informações trimestrais. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Vida útil do ativo imobilizado

A Administração da Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL 674, de 11 de agosto de 2015, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, limitado ao prazo de concessão.

3.3. Procedimento de Consolidação

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e das suas controladas a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Empresas Controladas	% de Participação	
	31/03/2018	31/12/2017
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB	90,40%	90,40%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 18 de abril de 2018.

4.1. Principais alterações nas normas contábeis

4.31.1 IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

Este normativo traz uma nova abordagem sobre a classificação, reconhecimento, mensuração e provisão para perdas esperadas em ativos e passivos financeiros. Anteriormente, esta abordagem era tratada no CPC38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em uma avaliação sobre a forma de reconhecimento e provisão para perdas de seus ativos financeiros, a Companhia não encontrou impactos quanto à aplicação do novo pronunciamento técnico e demonstra a seguir o detalhamento desta análise.

a.) Da redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e contratuais

O novo pronunciamento traz um modelo de reconhecimento de perdas que toma como base qualquer perspectiva de aumento no risco de crédito em fluxo de caixa esperado desde o seu reconhecimento inicial, deixando para traz o antigo modelo de reconhecimento por perdas incorridas. Este novo modelo estabelece que as perdas serão mensuradas reconhecidas a partir da seguinte análise da administração:

Notas Explicativas

- a) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, sinalização de perdas de crédito que resultam em eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo financeiro ou contratual, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

b.) Ativos financeiros e contratuais

A Companhia, a partir da análise de conteúdo dos seus contratos, assim como no seu histórico de inadimplência, entende que não haverá impactos relevantes pelo reconhecimento de perdas a partir de janeiro de 2018. As carteiras de contratos avaliados são as seguintes:

c.) Contratos de Prestação dos Serviços de Transmissão (CPST)

A Companhia avaliou as características desta carteira de contratos e conclui que, devido a existência de constituição de garantias, o risco de crédito que possa prejudicar o fluxo de caixa esperado para a essa carteira é praticamente nulo. A Companhia também construiu uma matriz histórica sobre a inadimplência para o período de dezembro de 2016 até dezembro de 2017 e constatou que o índice médio de atrasos no pagamento das faturas é irrelevante, não justificando qualquer registro de perdas por risco de crédito.

d.) Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)

A Companhia também construiu uma matriz histórica sobre a inadimplência para o período de dezembro de 2016 até dezembro de 2017 e constatou que o índice médio de atrasos no pagamento das faturas é irrelevante, não justificando qualquer registro de perdas por risco de crédito.

e.) Contratos de operação e manutenção (O&M)

A Companhia construiu uma matriz histórica sobre a inadimplência para o período de dezembro de 2016 até dezembro de 2017 e constatou que o índice médio de atrasos no pagamento das faturas é irrelevante, não justificando qualquer registro de perdas por risco de crédito.

f.) Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCAR) e Ambiente Livre (CCAL)

A Companhia avaliou as características desta carteira de contratos e conclui que, devido a existência de constituição de garantias, o risco de crédito que possa prejudicar o fluxo de caixa esperado para a essa carteira é praticamente nulo. A Companhia também construiu uma matriz histórica sobre a inadimplência para o período de dezembro de 2016 até dezembro de 2017 e constatou que o índice médio de atrasos no pagamento das faturas é irrelevante, não justificando qualquer registro de perdas por risco de crédito.

g.) Outros ativos financeiros

A Companhia também realiza teste de valor recuperável em outros ativos financeiros, como aqueles relacionados ao contrato de concessão, a fim de garantir que o valor apresentado nessa demonstração financeira reflita o seu valor justo, devidamente testado quanto à sua recuperabilidade, por meio de um fluxo de caixa descontado a valor presente, estando em linha com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 01.

Notas Explicativas

h.) Passivos financeiros

O novo pronunciamento técnico CPC 48 também contempla os passivos financeiros, mantendo em grande parte as orientações contidas na norma anterior, IAS 39 / CPC 38, os quais revelam:

Um ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado deve satisfazer as seguintes condições:

(a) é classificado como mantido para negociação. Um ativo ou passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se é:

- (i) adquirido ou originado principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo;
- (ii) parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de padrão recente de realização de lucros a curto prazo; ou
- (iii) derivativo (exceto no caso de derivativo que é um contrato de garantia financeira ou instrumento de hedge designado pela entidade e efetivo tratado nos itens 47 a 58).

(b) é designado pela entidade, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. A entidade pode utilizar essa designação para ativos que contêm derivativos embutidos ou quando a utilização resultar na divulgação de informação contábil mais relevante, em função de:

- (i) eliminar ou reduzir significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento que ocorreriam em virtude da avaliação de ativos e passivos ou do reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases diferentes;
- (ii) o valor justo, para um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, ser utilizado como base para gerenciamento e avaliação de performance - conforme estratégia de investimento ou gerenciamento de risco de mercado documentada - e como base para envio de informações para a alta administração. Os investimentos em títulos patrimoniais que não possuem cotação de preço em mercado ativo, e cujo valor justo não pode ser confiavelmente mensurado, não devem ser registrados pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado para seus contratos de empréstimos e financiamentos e não contrata operações de hedge para mitigação do risco cambial.

4.31.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes).

A nova Norma IFRS 15 / CPC 47 tem como princípio básico determinar quando uma receita deve ser reconhecida e como deve ser mensurada. Esta nova abordagem traz também a exigência do reconhecimento de receita pelo valor líquido das obrigações de desempenho que a entidade assumi ao longo do contrato. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18), Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A, Programas de Fidelidade com o Cliente (IFRIC 13).

Este pronunciamento especifica a contabilização de contrato individual com o cliente. Contudo, como expediente prático, a entidade pode aplicar este pronunciamento a uma carteira de contratos (ou de obrigações de desempenho) com características similares, se essa entidade, razoavelmente, esperar que os efeitos sobre as demonstrações contábeis da aplicação deste pronunciamento à carteira não difiram, significativamente, da aplicação deste pronunciamento aos contratos (ou obrigações de desempenho) individuais dentro dessa carteira. Ao contabilizar a carteira, a entidade deve utilizar estimativas e premissas que reflitam o tamanho e a composição da carteira.

Contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exigíveis. A exigibilidade dos direitos e obrigações em contrato é matéria legal. Contratos podem ser escritos, verbais ou sugeridos pelas práticas usuais de negócios da entidade. A entidade deve considerar essas práticas e processos ao determinar se e quando um acordo com o cliente cria direitos e obrigações exigíveis.

Notas Explicativas

A Companhia realizou estudo sobre as características de todas as suas carteiras de contratos com a finalidade de identificar qualquer impacto em suas demonstrações financeiras, a partir de janeiro de 2018, produzidos pela adoção da nova Norma IFRS15 / CPC47.

Apresenta-se a seguir o resultado desta análise mediante avaliação das cinco etapas que devem ser atendidas para o reconhecimento da receita, segundo a nova Norma, sendo elas: Identificar o contrato com o cliente; Identificar as obrigações de desempenho do contrato; Determinar o preço da transação; Alocar o preço da transação; e Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a obrigação de desempenho é satisfeita / alcançada.

a.) Contratos Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a disponibilização das instalações; preço fixo mediante RAP anual homologada pela ANEEL; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

b.) Contratos Conexão ao Sistema de Transmissão – CCT

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a disponibilização das instalações para acesso ao SIN; preço fixo mediante valor contratual; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

c.) Contratos de Operação e Manutenção - O&M

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a conclusão da prestação do serviço; preço fixo mediante valor contratual; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

d.) Contratos de Venda de Energia – CCAR e CCAL

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a entrega da energia; preço fixo mediante valor contratual; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Numerário Disponível	5.1	3.467	2.080	4.027	4.981
Aplicações Financ. de Liq. Imediata - SIAC/BANRISUL	5.2	318.415	279.496	320.644	280.352
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		321.882	281.576	324.671	285.333
NÃO CIRCULANTE					
Fundo Bradesco Empresas		9	9	9	9
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		9	9	9	9

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$3.467 (R\$2.080 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$318.415 (R\$279.496 em 31 de dezembro de 2017) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

Notas Explicativas

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Suprimento de Energia	18.767	22.946	18.767	22.946
Encargos de uso da Rede	95.315	104.093	95.718	104.520
Energia de Curto Prazo - CCEE	23.171	73.367	23.171	73.367
Títulos de Crédito a Rebeber	597	463	597	463
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.682)	(10.615)	(6.682)	(10.615)
	<u>131.168</u>	<u>190.254</u>	<u>131.571</u>	<u>190.681</u>

6.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$6.682 (R\$10.615 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

	31/12/2017	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		31/03/2018
		ADIÇÕES	EXCLUSÕES	
Suprimento de Energia	1.602	-	-	1.602
Encargos de uso da Rede	9.013	161	(4.094)	5.080
	<u>10.615</u>	<u>161</u>	<u>(4.094)</u>	<u>6.682</u>

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	567	565	567	565
INSS a Compensar	407	1.155	407	1.155
IRPJ e CSLL a Compensar	57.873	49.681	57.873	49.681
Outros Créditos a Compensar	4.115	4.073	4.251	4.191
	<u>62.962</u>	<u>55.474</u>	<u>63.098</u>	<u>55.592</u>
NÃO CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	2	2	2	2
IRPJ e CSLL a Compensar	1	1	1	1
Outros Créditos a Compensar	2	2	2	2
	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Estoque de Operação	20.305	16.489	20.305	16.489
(-) Provisão para Perdas	(482)	(482)	(482)	(482)
	<u>19.824</u>	<u>16.007</u>	<u>19.824</u>	<u>16.007</u>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

Notas Explicativas

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.1	7.422	7.175	7.422	7.175
Adiantamento a Fornecedores/Empregados		2.595	1.810	2.595	1.810
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		9.486	9.617	9.486	9.617
Cedência de Funcionários	35	236	236	236	236
Conta Gráfica	9.2	3.425	5.802	3.425	5.802
Dividendos a Receber.....	9.3	21.914	20.886	21.914	20.886
Custos a Reembolsar.....	9.4	21.927	20.601	11.987	10.985
Outros Devedores		11.211	7.841	11.596	8.226
		<u>78.216</u>	<u>73.968</u>	<u>68.661</u>	<u>64.737</u>
NÃO CIRCULANTE					
Mútuo CEEE-D	9.5	72.087	70.959	72.087	70.959
Outros		4.012	4.164	48.329	44.048
		<u>76.099</u>	<u>75.123</u>	<u>120.416</u>	<u>115.007</u>

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$7.422 (R\$7.175 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

9.2. Conta Gráfica

O valor de R\$3.425 (R\$5.802 em 31 de dezembro de 2017) refere-se aos saldos de contratos de compartilhamento das atividades de Tecnologia da Informação e de atividades de Telecomunicações entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

9.3. Dividendos a Receber

O valor de R\$21.914 (R\$20.886 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a dividendos declarados pelas investidas, compostos da seguinte forma: Ceran R\$8.132, Chapecoense R\$5.785, Etau R\$1.175, Complexo Eólico Povo Novo R\$17, Enerfin R\$3.973 e Enercan R\$2.832.

9.4. Custos a Reembolsar

O valor de R\$21.927 (R\$20.601 em 31 de dezembro de 2017) refere-se, principalmente, aos contratos de prestação de serviços, não faturados, com as investidas Povo Novo e TESB.

9.5. Mútuo CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuaria) no valor de até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$300.000 (trezentos milhões de reais) e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212 (trezentos e trinta e cinco milhões duzentos e doze mil).

Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas,

Notas Explicativas

CAENMF, pertencente a CEEE D, permitindo amortizar R\$293.869 (duzentos e noventa e três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil reais) do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017.

O saldo do contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI perfaz o montante de R\$72.087.

Data do Evento	Histórico	Valor
31/03/2018	Parcelas Liberadas até 31/03/2018	335.212
31/03/2018	Atualização até 31/03/2018	52.283
31/03/2018	Parcelas Recebidas até 31/03/2018	(315.408)
NÃO CIRCULANTE		<u>72.087</u>

10. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Investimentos em Títulos do Governo	143.672	135.585	143.672	135.585
	<u>143.672</u>	<u>135.585</u>	<u>143.672</u>	<u>135.585</u>

10.1. Descrição

O saldo de R\$143.672 (R\$135.585 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos da Companhia junto à Receita Federal do Brasil – RFB e junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN que totalizavam o montante de R\$55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$1.153.631, os quais foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012, 18/12/2012 e 17/12/2013 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranche para a Companhia no valor de R\$451.310, de R\$459.759 e de R\$365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

Notas Explicativas

10.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como "Ativos Financeiros mantidos até o vencimento" levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrasetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

A Companhia considerou as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- a intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.
- as NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas a Concessionária não possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2017, 2035 e 2045.
- as NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

10.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a. calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

10.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2017	135.585	8.874	(3.267)	-	-
Atualização pela taxa efetiva.....	3.063	-	-	3.063	-
Valorização do valor justo	5.024	-	5.024	-	-
Juros Recebidos.....	-	-	-	-	-
Efeito tributário.....	-	1.925	(1.196)	-	(729)
Posição em 31/03/2018	143.672	10.799	561	3.063	(729)

Notas Explicativas

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$44.376 (R\$40.748 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 23).

12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	89.141	89.141	98.868	98.583
Não Circulante	719.332	700.172	935.764	912.615
	<u>808.473</u>	<u>789.314</u>	<u>1.034.632</u>	<u>1.011.198</u>

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão sob os quais a Companhia obtém remuneração do capital investido.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002, no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e no Segundo termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 025/2000, a Administração entende que a aplicação do modelo “financeiro” é o que melhor representa o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infra-estrutura construída é recuperada por meio da RAP (Receita Anual Permitida), a qual contempla os seguintes valores:

- I. receita para cobrir os custos de operação e manutenção (O&M) da infra-estrutura vinculada aos contratos de concessão; e
- II. receita para amortização do capital investido na infra-estrutura a serviço da concessão. Esta parcela de receita é definida mediante a metodologia do WACC (*weighted average cost of capital*), a qual estabelece a remuneração mínima para o investimento realizado.

No caso de extinção da concessão, os bens reversíveis e classificados no ativo financeiro, ainda não amortizados pela RAP, serão indenizados pelo poder concedente ou por outro órgão por ele delegado para tal atribuição.

Em 31 de Março de 2018, o valor de R\$ 808.473 é composto por R\$43.238, referente aos bens vinculados ao Contrato de Concessão nº 080/2002, por R\$713.494, referente ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$51.741 refere-se ao Contrato de Concessão nº 025/2000. O registro é demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras que não possuem Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

12.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	CONSOLIDADO				Total
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011 TESB	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	698.902	44.342	46.069	221.885	1.011.198
(+) Receita de Construção (Adições).....	18.874	-	5.989	2.435	27.298
(+) Receita Financeira.....	15.098	3.071	736	2.643	21.548
(-) Baixas.....	(605)	-	-	-	(605)
(+) Reversão da Perda de Valor recuperável.....	-	-	-	8.357	8.357
(-) Amortização do período.....	(18.780)	(4.175)	(1.053)	(957)	(24.965)
(-) Outros.....	5	-	-	(8.204)	(8.199)
Saldo em 31 de Março de 2018	<u>713.494</u>	<u>43.238</u>	<u>51.741</u>	<u>226.159</u>	<u>1.034.632</u>
Em 31 de Março de 2018 - Circulante	68.451	16.936	3.754	9.727	98.868
Em 31 de Março de 2018 - Não Circulante	645.043	26.302	47.987	216.432	935.764

Notas Explicativas

Em 2017 a Companhia reverteu provisão para perda do valor recuperável do Contrato de Concessão nº 055/2001, no valor de R\$ 299.248, com impacto no resultado do período. Os ativos do Contrato de Concessão nº 055/2001 alcançados pela Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, classificados como Ativo Financeiro, não fizeram parte do escopo dos bens indenizados pela União por ocasião da renovação em 2012, por este motivo houve a constituição da Provisão para Perda. Porém, estes ativos possuem Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 84.553, definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017, de 27 de junho de 2017, contemplando a remuneração do capital e o custo e operação e manutenção das novas instalações e melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão. Não havendo necessidade da manutenção da Provisão.

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017 de 27 de junho de 2017 para os ativos do Contrato de Concessão nº 080/2002, classificados como Ativo Financeiro, é de R\$24.742.

Os ativos do Contrato de Concessão nº 025/2000 alcançados pela Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, classificados como Ativo Financeiro, tem sua receita anual de R\$ 70.821 definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017, de 04 de julho de 2017, contemplando o valor de R\$ 3.754 de receita adicional para a remuneração do capital e investimentos em melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão.

De acordo com os Artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

12.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Companhia quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 1.1.2.1).

12.4. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;

Notas Explicativas

- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

13. Rede Básica do Sistema Existente – RBSE

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	183.889	224.471	183.889	224.471
Não Circulante	1.399.409	1.399.409	1.399.409	1.399.409
	<u>1.583.298</u>	<u>1.623.880</u>	<u>1.583.298</u>	<u>1.623.880</u>

O Montante de R\$1.583.298 (R\$ 1.623.880 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à parcela dos ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000 pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, os quais conforme previsão da Lei Nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, em seu §2º, art. 15º, são passíveis de indenização pela União.

Na sequência deste processo de indenização dos ativos vinculados à RBSE, a ANEEL divulgou a Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definindo os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Nesse sentido, considerando os comandos da Resolução ANEEL, a CEEE-GT, em 27 de dezembro de 2013, enviou ao órgão regulador o cronograma para realização do laudo de avaliação que valoraria estes ativos considerando o critério de valor novo de reposição.

Foi concluído em 23 de março de 2015 o Relatório de Avaliação Patrimonial para Indenização da Rede Básica da CEEE-GT, elaborado pela Consultoria American Appraisal. O referido relatório foi entregue na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 29 de abril de 2015. Conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tinha um prazo de 150 dias para validar as informações, sendo 30 dias contados a partir da data de protocolo para manifestar o aceite do laudo de avaliação enviado pela companhia e mais 120 dias a partir do aceite para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

Finalmente, conforme Despacho Nº 1.643 emitido pela ANEEL em 16 de junho de 2016, a CEEE-GT obteve como montante homologado de indenização pertinente aos ativos não totalmente depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, o valor de R\$836.283, na data base de 31 de dezembro de 2012. Sendo que o valor bruto dos bens para fins de indenização (Valor Novo de Reposição - VNR) totalizou R\$ 2.741.278, conforme processo nº 48500.000805/2014-52.

Dentro deste contexto, foi emitida em 20 de abril de 2016 a Portaria Nº 120 MME, a qual estabeleceu que os valores homologados pela ANEEL a título dos ativos não depreciados em 31 de maio de 2000, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das transmissoras, sendo o custo de capital destes adicionados às suas Receitas Anuais Permitidas – RAP.

Também determinou a Portaria, que o custo de capital destes ativos será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, passando pelo reajuste e revisão conforme as regras previstas nos contratos de concessão, e deverá incorporar a RAP a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Além disso, a Portaria Nº 120 MME determinou que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária, deve ser atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio, real, do segmento de transmissão, definido pela ANEEL.

Desta maneira, o montante final de R\$1.583.298 (R\$ 1.623.800 em 31 de dezembro de 2017) é composto pelo valor homologado para fins de indenização, pertinente aos bens da Rede Básica Sistema Existente – RBSE, adicionado do custo de capital (remuneração e depreciação) atualizado até o período de março de 2018, sendo este remunerado pelo custo de capital próprio do segmento, cálculo este efetuado na melhor estimativa da administração considerando os dados e informações disponíveis.

Notas Explicativas

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.....	730.728	707.840	504.903	484.469
Avaliadas pelo método de custo.....	3.024	3.024	3.024	3.024
(-) Provisão Para Redução Ao Valor Recuperável.....	(122.844)	(122.845)	(122.844)	(122.845)
	<u>610.908</u>	<u>588.019</u>	<u>385.083</u>	<u>364.648</u>

14.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes seguimentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
CERAN	TESB	Ventos de Curupira
Jaguari	FOTE	Ventos de Povo Novo
Chapecoense	TSLE	Ventos de Vera Cruz
ENERCAN	TPAE	Palmares
	Etau	Ventos da Lagoa
		Ventos do Litoral
		Ventos do Sul
		Ventos dos Índios

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/03/2018		31/12/2017	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB.....	255.475	90,40%	255.475	90,40%
Ventos de Curupira.....	39.768	99,99%	39.768	99,99%
Ventos de Povo Novo.....	14.108	99,99%	14.108	99,99%
Ventos de Vera Cruz.....	38.581	99,99%	38.581	99,99%
Coligadas				
FOTE.....	54.870	49,00%	54.870	49,00%
TSLE.....	379.681	49,00%	379.681	49,00%
Ceran.....	510.000	30,00%	510.000	30,00%
TPAE.....	20.350	20,00%	20.350	20,00%
Jaguari.....	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Etau.....	34.895	10,00%	34.895	10,00%
Palmares.....	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa.....	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral.....	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul.....	140.964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios.....	63.641	10,00%	63.641	10,00%
Chapecoense.....	714.509	9,00%	714.509	9,00%
Enercan.....	200.787	6,51%	200.787	6,51%

14.3 Controladas

14.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos.

Notas Explicativas

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é 90,4% do capital social subscrito.

14.3.2. Complexo Eólico Povo Novo

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 55MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potência instalada é de 25MW;
- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potência instalada é de 7,5MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potência instalada é de 22,5MW;

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas. Os principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir, são reconhecidos nas informações trimestrais consolidadas da CEEE-GT.

No exercício de 2017 foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital, nos montantes de R\$ 14,1 milhões no Ventos de Povo Novo, R\$ 39,7 milhões no Ventos de Curupira e R\$ 38,5 milhões no Ventos de Vera Cruz.

Ademais, salienta-se que a Companhia divulgou em 13 de dezembro de 2017, Fato Relevante acerca da autorização para contratação de consultoria especializada, pela Diretoria Colegiada, para realizar a modelagem de eventual desinvestimento nas geradoras do Complexo Eólico Povo Novo.

14.3.3 Impairment

Para o exercício de 2016 a companhia estimou o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas TESB e Complexo Eólico Povo Novo, com base no valor em uso, sendo este mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um Impairment de R\$ 84,2 milhões em 2016 e R\$87,8 milhões em 2017.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi registrado R\$ 104,3 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento em 2016 e R\$ 9 milhões em 2017, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

14.4. Coligadas

14.4.1. Fronteira Oeste Transmissora de Energia S A - FOTE

Em novembro de 2013, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A, constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A – FOTE, com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do

Notas Explicativas

Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LOTE I – Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C1;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C2;
- SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA; e
- SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo pátio)

14.4.2. Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT e a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LT Nova Santa Rita, com extensão aproximada de 281Km, com origem na SE Nova Santa Rita e término na SE Campo Novo;
- LT Povo Novo - Marmeleiro, com extensão aproximada de 154Km, com origem na SE Povo Novo e término na SE Marmeleiro;
- LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, com extensão aproximada de 52Km, com origem na SE Marmeleiro e término na SE Santa Vitória do Palmar;
- SE 525/230 kV Povo Novo;
- SE 525kV Marmeleiro;
- SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar; e
- Instalações de Transmissão de Rede Básica na SE Povo Novo.

14.4.3. Companhia Energética Rio das Antas – CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponde a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a terceira unidade geradora.

14.4.4. Transmissora Porto Alegreense Ltda. - TPAE

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegreense de Energia Ltda. - TPAE com a seguinte composição acionária: Procable – 80% e CEEE-GT – 20%.

Transmissora Porto Alegreense de Energia Ltda. - TPAE venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Notas Explicativas

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais, e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable seria responsável pela preparação do projeto básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

14.4.5 Jaguari Energética S.A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Companhia reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Companhia caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.6. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.7. Parques Eólicos Palmares S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$890.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.8. Ventos da Lagoa Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$687.

Notas Explicativas

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.9. Ventos do Litoral Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$507.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.10. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$18.174.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade está disposto abaixo:

	<u>31/03/2018</u>
Contraprestação Efetivamente Transferida.....	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	<u>168.264</u>
Ativos Circulantes.....	80.879
Ativos não Circulantes.....	422.459
Passivos Circulantes.....	(98.623)
Passivos não Circulantes.....	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%).....	<u>(16.826)</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	<u><u>18.174</u></u>

14.4.11. Ventos dos Índios Energia S.A

Em 30 de junho de 2015 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$7.243.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9MW.

Notas Explicativas

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.12 Chapecoense Geração S.A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapecoense Geração S.A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, sociedade por ações de propósito específicas – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S.A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.13. Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S.A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.5. Informações Financeiras das Investidas

14.5.1. Informações Trimestrais Controladas

Balanco Patrimonial	31/03/2018			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.622	232	385	550
Outros Ativos Circulantes.....	10.284	356	62	15
Ativo Não Circulante.....	288.438	78.107	34.579	77.768
	<u>300.344</u>	<u>78.695</u>	<u>35.026</u>	<u>78.333</u>
Passivo e Patrimônio Líquido				
Outros Passivos Circulantes.....	6.611	23.398	10.834	15.674
Outros Passivos Não Circulantes.....	142.169	16.697	10.760	25.140
Patrimônio Líquido.....	151.564	38.600	13.432	37.519
	<u>300.344</u>	<u>78.695</u>	<u>35.026</u>	<u>78.333</u>
Demonstração do Resultado				
Receita Operacional Líquida.....	5.187	71	23	64
Custo de Operação.....	(2.438)	-	-	-
Lucro Bruto.....	2.749	71	23	64
Despesas Operacionais.....	(147)	(113)	(54)	(89)
Resultado Financeiro.....	(35)	-	8	8
Lucro Antes dos Impostos.....	2.567	(42)	(23)	(17)
Impostos sobre o Lucro.....	(27)	-	-	-
Lucro líquido.....	<u>2.540</u>	<u>(42)</u>	<u>(23)</u>	<u>(17)</u>

Notas Explicativas

14.5.2. Informações Trimestrais Controladas e Coligadas

	31/03/2018						
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas							
TESB.....	255.475	151.489	-	151.489	2.465	-	2.465
Ventos de Curupira.....	39.772	38.600	-	38.600	(42)	-	(42)
Ventos de Povo Novo.....	14.109	13.432	-	13.432	(23)	-	(23)
Ventos de Vera Cruz.....	38.595	37.519	-	37.519	(17)	-	(17)
Coligadas							
FOTE.....	54.870	100.925	-	100.925	1.729	-	1.729
TSLE.....	510.000	396.794	-	396.794	8.218	-	8.218
Ceran.....	470.875	269.721	-	269.721	23.957	-	23.957
TPAE.....	20.350	13.813	-	13.813	124	-	124
Jaguari.....	17.680	21.722	-	21.722	236	-	236
Etau.....	34.895	88.515	-	88.515	4.202	-	4.202
Palmares.....	114.116	137.147	-	137.147	745	-	745
Ventos da Lagoa.....	88.701	112.682	-	112.682	160	-	160
Ventos do Litoral.....	102.901	120.165	-	120.165	450	-	450
Ventos do Sul.....	140.964	178.264	-	178.264	6.093	-	6.093
Ventos dos Índios.....	63.641	84.026	-	84.026	(870)	-	(870)
Chapecoense.....	714.509	1.041.903	-	1.041.903	66.950	-	66.950
Enercan.....	200.787	457.102	-	457.102	55.683	-	55.683

14.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.137	2.160	2.137	2.160
Piratini Energia S.A.....	10	10	10	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	876	876	876
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)	(354)	(354)
	<u>2.669</u>	<u>2.692</u>	<u>2.669</u>	<u>2.692</u>

14.6.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

14.6.2. Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S.A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

14.7. Movimentação dos investimentos

	CONTROLADORA					
	Saldo em 31/12/2017	Aumento de Capital	Impairment	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/03/2018
Controladas						
TESB.....	124.588	-	-	2.489	-	127.077
Ventos de Curupira.....	(11.231)	-	-	(51)	-	(11.282)
Ventos de Povo Novo.....	(4.678)	-	-	(33)	-	(4.711)
Ventos de Vera Cruz.....	(7.796)	-	-	(27)	-	(7.823)
Coligadas						
FOTE.....	10.158	-	-	847	-	11.005
TSLE.....	191.753	-	-	2.696	-	194.449
Ceran.....	73.743	-	-	7.186	-	80.929
TPAE.....	2.732	-	-	30	-	2.762
Jaguari.....	1.697	-	-	50	-	1.747
Etau.....	9.437	-	-	420	(1.028)	8.829
Palmares.....	13.642	-	-	74	-	13.716
Ventos da Lagoa.....	11.253	-	-	16	-	11.269
Ventos do Litoral.....	11.971	-	-	45	-	12.016
Ventos do Sul.....	22.862	-	-	609	-	23.471
Ventos dos Índios.....	8.489	-	-	(86)	-	8.403
Chapecoense.....	84.950	-	-	6.025	-	90.975
Enercan.....	22.635	-	-	3.627	-	26.262
Ágio Parques Eólicos.....	974	-	-	-	-	974
Ágio Ventos do Sul.....	18.174	-	-	-	-	18.174
	<u>585.350</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.917</u>	<u>(1.028)</u>	<u>608.239</u>

Notas Explicativas

Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

Estes ativos da Companhia, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

As taxas de depreciação utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens e estão em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL Nº 367, de 02 de junho de 2009, e suas alterações posteriores impostas pela Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

- Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A partir do encerramento do exercício de 2010 a CEEE GT passou a adotar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais – IFRS. Para os valores de suas usinas de geração a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Na adoção do custo atribuído foram considerados os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aceita pelo mercado como adequada.

- Renovação do contrato de Concessão 025/2000

Em referência à matéria que trata da prorrogação das concessões, o Ministério de Minas e Energia, em 01 de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial Nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória Nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 a qual não reconheceu originalmente valores de indenização para as usinas de geração da CEEE-GT com vencimento da concessão em 2015. Diante deste arcabouço legal, a Companhia providenciou a baixa dos valores residuais dos seus ativos de geração vinculados ao Contrato de Concessão Nº 025/2000, com exceção dos ativos pertencentes à usina geradora de Itaúba, com vencimento da concessão em 2021, outras usinas que a CEEE GT detém o direito de exploração, além de imobilizações em curso e bens administrativos do segmento de geração.

Na sequência, em 30/11/2012, o Decreto Nº 7.850, em seu art. 2º, determinou que, até 31 de dezembro de 2013 as informações complementares para mensuração da indenização, excetuados o projeto básico dos empreendimentos de Geração das usinas renovadas, fossem encaminhadas à ANEEL para identificação do valor indenizável daqueles bens ainda não depreciados ou amortizados. Como forma de atendimento a esse dispositivo legal, a Companhia protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no prazo estipulado, correspondência relatando a existência de investimentos após o projeto básico pendentes de indenização. Ainda nessa esteira, em 19 de dezembro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Normativa Nº 596, a qual estabeleceu os critérios e procedimentos para o cálculo da parcela de investimentos relacionados aos bens reversíveis, ainda não depreciados ou não amortizados de que trata o art. 2º do Decreto Nº 7.850/2012. A ANEEL reconheceu esses investimentos no processo tarifário da Companhia a partir da Resolução Homologatória nº 1.924, de 28 de julho de 2015 que reajustou a Receita Anual de Geração – RAG associada às Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das usinas hidrelétricas prorrogadas da CEEE-GT, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

No que se refere a remuneração dos novos investimentos que forem realizados nas Usinas de Geração renovadas, a ANEEL, em 16 de dezembro de 2014, editou a Resolução Normativa Nº 642, disciplinando os procedimentos de regulação tarifária – PRORET para esses ativos.

Notas Explicativas

16. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Custo		
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	30.811	31.516
Aquisições.....	1.631	1.631
Outros	-	(327)
Saldo em 31 de março de 2018	32.442	32.820
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(3.643)	(3.643)
Amortização do período.....	(363)	(363)
Saldo em 31 de março de 2018	(4.006)	(4.006)
Em 31 de dezembro de 2017	27.168	27.545
Saldo em 31 de março de 2018	28.436	28.814

É composto pelos gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente por um período de 5 anos.

17. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Encargos de Uso da Rede	6.313	6.292	6.313	6.292
Suprimento de Energia Elétrica.....	5.836	7.289	5.836	7.289
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	1.361	-	1.361
Risco Hidrológico - GSF.....	187.314	187.314	187.314	187.314
Materiais e Serviços	13.479	18.304	62.539	67.213
Retenção Contratual	22.149	22.541	22.149	22.541
	235.091	243.102	284.151	292.011

Em 2017, nos meses de abril e setembro, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial a qual limitava em 5% o custo com GSF, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos, a partir de deliberação do Conselho de Administração da CCEE, totalizando o montante de R\$ 187.314 contabilizados naquele exercício.

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Provisão para Férias, 13 ^º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	25.026	28.044	25.028	28.057
Retenções sobre a Folha de Pagamento	2.704	4.373	2.704	4.373
Prêmio Assiduidade	320	309	320	309
Total	28.050	32.726	28.052	32.739

O valor de R\$2.704 (R\$4.373 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

Notas Explicativas

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	107	42	107	42
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	5.076	5.662	5.147	8.196
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.641	7.072	6.651	7.095
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	-	1.517	-	1.517
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.260	1.770	1.260	1.770
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	16.376	2.001	16.376	2.463
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL	-	-	665	-
Outros	3.458	4.336	5.685	5.620
	<u>32.919</u>	<u>22.401</u>	<u>35.891</u>	<u>26.704</u>
NÃO CIRCULANTE				
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL	-	-	6.930	7.096
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.930</u>	<u>7.096</u>

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

20.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Controladora e Consolidado

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/03/2018							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
					Encargos	Principal	Principal	
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.697	48.566	55.263
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.697	48.566	55.263
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	1.433	9.202	144.974	155.609
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2037	01	1.616	9.295	179.972	190.883
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					3.049	18.497	324.946	346.492
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					3.049	25.194	373.512	401.755
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					3.049	25.194	373.512	401.755
C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2017							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
					Encargos	Principal	Principal	

20.2. Variação de Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de Dezembro 2017	6.691	50.175	21.532	327.555	405.954
Encargos	995	-	2.811	-	3.806
Variação Monetária	-	-	342	1.373	1.715
Transferências	1.610	(1.610)	3.982	(3.982)	-
Amortizações de Principal	(1.604)	-	(3.982)	-	(5.587)
Amortizações de Encargos	(995)	-	(3.138)	-	(4.134)
Saldos em 31 de Março 2018	<u>6.697</u>	<u>48.566</u>	<u>21.546</u>	<u>324.946</u>	<u>401.755</u>

Notas Explicativas

20.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos preveem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos a CEEE-GT deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma. A Companhia encaminhou o seu Plano de Ajuste Estrutural para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Ao longo de 2017 foi liberado o valor de US\$27.500 que corresponde à R\$87.305 referente ao BID e US\$8.500 que corresponde à R\$28.076 referente ao AFD. Em 2018 não ocorreram novas liberações.

20.4. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT, por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O valor do financiamento concedido é de R\$236.340, sendo que o total liberado até 31 de Dezembro de 2016 foi de R\$69.037, no exercício de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, não houveram novas liberações.

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do Contrato de Financiamento.

20.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
PRINCIPAL				
2018	-	24.428	-	24.428
2019	29.982	24.428	29.982	24.428
2020	38.863	24.428	38.863	24.428
2021	37.777	24.428	37.777	24.428
Após 2021	266.890	280.018	266.890	280.018
	<u>373.512</u>	<u>377.730</u>	<u>373.512</u>	<u>377.730</u>

Notas Explicativas

20.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
MOEDA / INDEXADOR				
Dólar US\$.....	78,00%	85,99%	78,00%	76,85%
TJLP	22,00%	14,01%	22,00%	23,15%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Durante o período de carência a Companhia realiza o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	191	349	191	349
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	30.912	44.693	30.912	44.693
Contrato 1254/95 - Plano Único.....	2.481	1.737	2.481	1.737
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV.....	60.368	61.188	60.368	61.188
Contrato 1254/95 - CEEEPREV.....	2.315	1.620	2.315	1.620
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA.....	44.567	86.528	44.567	86.528
	140.834	196.115	140.834	196.115
NÃO CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	2.124	1.957	2.124	1.957
Provisão Plano Único.....	44.964	39.550	44.964	39.550
Contrato 1254/95 - Plano Único.....	33.796	34.490	33.796	34.490
Provisão Plano CEEEPREV.....	428.665	429.379	428.665	429.379
Contrato 1254/95 - CEEEPREV.....	36.224	36.968	36.224	36.968
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA.....	195.642	162.552	195.642	162.552
	741.415	704.896	741.415	704.896
Total	882.249	901.011	882.249	901.011

21.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

21.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial

Notas Explicativas

e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

21.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Diante desse arcabouço legal, considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Nessa esteira, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Dado esse contexto, a Companhia efetuou consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na data de 28 de novembro de 2013, questionando o adequado tratamento contábil e recebeu, por intermédio do Ofício 189/2016/CVM/SEP/GEA-5 datado de 5 de setembro de 2016, na qual a CVM expressa a posição de que não haveria óbice em relação ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária.

Ainda, conforme conteúdo do Memorando nº 11/2016-CVM/SNC/GNC, de 19 de maio de 2016, a SNC/CVM já expôs que: “Conclusão: Com base em todo exposto, esta SNC ratifica posicionamento favorável ao

Notas Explicativas

procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária, e que os fundamentos para tal entendimento, conforme já mencionado, são os mesmos devidamente esclarecidos no MEMO SNC/GNC/Nº 001/14. Quanto aos requisitos para o cálculo do déficit atuarial, reafirmamos que eles devem estar de acordo com o estabelecido nas disposições sobre Reconhecimento e Mensuração de Plano de Benefício Definido, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.”

21.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuíam. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,2 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10).

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

22. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Conta de Desenv. Energético - Quota da CDE	21.922	21.817	21.922	21.817
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	193	-	193	
Recursos P&D	43.988	43.304	43.988	43.304
Recursos FNDCT	681	844	681	844
Recursos MME	341	422	341	422
	<u>67.124</u>	<u>66.386</u>	<u>67.124</u>	<u>66.386</u>
NÃO CIRCULANTE				
Recursos P&D	10.553	9.563	10.553	9.563
	<u>10.553</u>	<u>9.563</u>	<u>10.553</u>	<u>9.563</u>

22.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$7.422 referente ao P&D (vide nota explicativa nº 9.1).

Notas Explicativas

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/03/2018				31/12/2017			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	121.082	86.343	603	208.028	117.209	82.681	586	200.476
Riscos Possíveis	233.838	37.120	760	271.718	235.965	35.895	745	272.605
	<u>354.920</u>	<u>123.463</u>	<u>1.363</u>	<u>479.746</u>	<u>353.174</u>	<u>118.576</u>	<u>1.331</u>	<u>473.081</u>

23.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	31/03/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	20.144	3.296	-	23.439
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	100.938	83.047	603	184.588
Subtotal Riscos Prováveis	<u>121.082</u>	<u>86.343</u>	<u>603</u>	<u>208.028</u>
(-) Depósitos judiciais.....	(34.188)	(20)	(15)	(34.223)
Total não circulante	<u>66.750</u>	<u>83.028</u>	<u>588</u>	<u>150.366</u>
Total geral	<u>86.894</u>	<u>86.323</u>	<u>588</u>	<u>173.805</u>

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	31/12/2017			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	17.780	2.371	-	20.151
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	99.429	80.310	586	180.325
Subtotal Riscos Prováveis	<u>117.209</u>	<u>82.681</u>	<u>586</u>	<u>200.476</u>
(-) Depósitos judiciais.....	(33.513)	(20)	(15)	(33.548)
Total não circulante	<u>65.916</u>	<u>80.291</u>	<u>571</u>	<u>146.778</u>
Total geral	<u>83.696</u>	<u>82.662</u>	<u>571</u>	<u>166.929</u>

23.2. Movimentação da provisão para contingências

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2017	83.696	82.662	571	166.929
(+) Novos Ingressos	7.527	1.161	-	8.688
(-) Pagamentos	(4.914)	(827)	-	(5.741)
(-) Montantes Revertidos	(2.109)	(359)	(9)	(2.477)
(+) Atualização Monetária	3.369	3.686	26	7.081
(+/-) Montantes Depositados	(675)	-	-	(675)
(=) Saldo Final Março/2018	<u>86.894</u>	<u>86.323</u>	<u>588</u>	<u>173.805</u>

23.3. Natureza das ações

23.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados

Notas Explicativas

com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

23.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

23.3.3 Tributárias

Do saldo provisionado de R\$4.701 refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A Companhia busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

23.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$872

23.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Companhia possui cerca de R\$87.246 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98, bem como em relação ao contido na Lei nº 10.833/03, artigo 10º, inciso XI.

24. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Comp. Financ para Utilização de Recursos Hídricos	2.701	2.701	2.701	2.701
Obrigações com Obras de Transmissão	12.140	12.140	12.140	12.140
Acordo Judicial Trabalhista.....	160	160	160	160
Outros Credores	18.570	14.224	23.035	19.485
	<u>33.571</u>	<u>29.225</u>	<u>38.036</u>	<u>34.486</u>
NÃO CIRCULANTE				
Provisão Auto de Infração	354	349	354	349
Acordo Judicial Trabalhista.....	1.200	1.200	1.200	1.200
Comercialização de Energia na CCEE	44.610	43.961	44.610	43.961
Outros Credores	14.294	14.099	16.480	15.877
	<u>60.458</u>	<u>59.609</u>	<u>62.644</u>	<u>61.387</u>

24.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$44.610 (R\$43.961 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

Notas Explicativas

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

25.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

25.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Reconhecimento do Custo Atribuído	54.286	56.799	54.286	56.799
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível	561	3.267	561	3.267
Exclusão Temporária	43.560	32.768	43.560	32.768
Exclusão Temporária - MP 579/2012 (Renovação das	1.160.369	1.200.951	1.160.369	1.200.951
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	1.258.776	1.293.785	1.258.776	1.293.785
IR e CS (Alíquota 34%)	427.984	439.887	427.984	439.887
IR e CS (Redutor 30% - RIR/99, Art.510)	(122.858)	(126.173)	(122.858)	(126.173)
Total do Passivo Fiscal Diferido	305.126	313.714	305.126	313.714

O valor dessas diferenças temporárias tributáveis constitui-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a indenização da RBSE foi calculado à alíquota de 34%, líquido da redução de 30%, a título de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 31 de março de 2018, R\$ 276.168.

25.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais Não Utilizados

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT não foi incrementado no exercício de 2016. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de março de 2018, R\$ 70.395 (R\$ 70.395 em 31 de dezembro de 2017).

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a indenização da RBSE foi calculado à alíquota de 34%, líquido da redução de 30%, a título de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 31 de março de 2018, R\$ 305.126.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	240.164	240.164	240.164	240.164
Provisão para Contingências Trabalhistas	86.894	86.894	86.894	86.894
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	86.889	86.889	86.889	86.889
Total das Diferenças Temporárias	413.947	413.947	413.947	413.947
Alíquota IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias	140.742	140.742	140.742	140.742
Base Negativa da CSLL	322.276	322.276	322.276	322.276
CSLL Diferida (Alíquota 9%)	29.005	29.005	29.005	29.005
Prejuízos Fiscais do IRPJ	668.988	668.988	668.988	668.988
IRPJ Diferido (Alíquota 25%)	167.247	167.247	167.247	167.247
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL	196.252	196.252	196.252	196.252
Crédito Fiscal não Reconhecido.....	(266.599)	(266.599)	(266.599)	(266.599)
Saldo Contábil.....	70.395	70.395	70.395	70.395

25.1.3. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Débitos Tributários Diferidos.....	305.126	313.714	305.126	313.714
Créditos Tributários Diferidos.....	(70.395)	(70.395)	(70.395)	(70.395)
Saldo Contábil Líquido.....	234.731	243.319	234.731	243.319

25.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia, com base em estudo técnico submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Companhia. Esse estudo projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Exercício de 2017.....	21.493	39.542	21.493	39.542
Exercício de 2018.....	31.205	32.950	31.205	32.950
Exercício de 2019.....	30.057	29.553	30.057	29.553
Exercício de 2020.....	30.358	27.687	30.358	27.687
Exercício de 2021.....	31.828	47.483	31.828	47.483
A partir do Exercício de 2022	89.790	66.104	89.790	66.104
	234.731	243.319	234.731	243.319

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$915.632, com a seguinte composição:

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	31/03/2018						31/03/2017	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	6.381.908	65,92
ELETRORÁS	3.067.035	32,23	87.639	53,43	3.154.674	32,59	3.154.674	32,59
Ações Pulverizadas.....	33.528	0,35	20.622	12,57	54.150	0,56	54.150	0,56
Outros	35.348	0,37	54.666	33,33	90.014	0,93	90.014	0,93
	9.516.732	100,00	164.014	100,00	9.680.746	100,00	9.680.746	100,00

Notas Explicativas

Ressalta-se que em 29 de abril de 2016, os acionistas aprovaram o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, determinando que a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia passa a ter a proporção de 40 (quarenta) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, tornando-se o capital com a representatividade das ações, demonstradas na tabela acima.

26.2. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA	
	31/03/2018	31/12/2017
Variação do valor justo do ativo financeiro disponível para venda (líquido de tributos)..	561	(3.267)
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	35.829	37.488
Perda Atuarial.....	(494.746)	(494.746)
	<u>(458.356)</u>	<u>(460.526)</u>

26.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva Especial de Lucros a Realizar e da Reserva de Dividendos não Distribuídos.

26.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2017 a Companhia destinou R\$ 20.416 para Reserva Legal.

26.3.2. Reserva Especial de Lucros a Realizar

A Companhia considerou que os valores de RBSE que causaram impacto no resultado, seguem a aplicação do ICPC01 (R1) e não compõem a parcela realizada do lucro líquido do exercício, destinando o resultado desta operação para reserva de lucros a realizar. A designação desta reserva acontece para demonstrar que a realização deste lucro só ocorrerá em exercícios futuros, e quando realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, conforme proposta da administração. A reserva de lucros a realizar totaliza o montante de R\$ 194.505.

26.3.3. Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2016 a Concessionária constitui o montante de R\$317.963 registrados a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO e em 2017 R\$286.173, totalizando um saldo de R\$ 604.136.

Estes dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa, de acordo com a Lei 6.404, artigo 202, §4º.

26.3.4. Reserva Estatutária

O estatuto da Companhia determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. Em 2017 a Companhia destinou o montante de R\$ 40.832 para esta reserva.

26.4 Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889

Notas Explicativas

em 01 de janeiro de 2012 perfazendo total de R\$1.209.304. No exercício de 2017 foram capitalizados R\$ 200.00 da Reserva de Incentivos Fiscais, restando um saldo de R\$ 1.009.304.

27. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

27.1. Básico

	31/03/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	53.226	917	54.143
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Básico por Ação - R\$	5,59	5,59	5,59
	31/03/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período.....	56.178	968	57.146
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico e Diluído	5,90	5,90	5,90

27.2. Diluído

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro/(Prejuízo) para as ações ordinárias.....	53.226	56.178
Lucro/(Prejuízo) para as ações preferenciais.....	917	968
	54.143	57.146
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	9.516.732
Ações Preferenciais	164.014	164.014
	9.680.746	9.680.746
Lucro/(Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	5,59	5,90

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receita Bruta				
Suprimento de Energia Elétrica	72.610	72.404	72.768	72.404
Disponibilização do Sistema de Transmissão	136.536	103.003	136.689	103.003
Remuneração do Ativo Financeiro.....	30.228	3.374	32.871	6.327
Energia Elétrica de Curto Prazo	19.296	11.569	19.296	11.569
Receita de Construção	24.863	20.078	27.298	20.525
	283.533	210.429	288.922	213.829
Deduções da Receita				
PIS/COFINS	(26.678)	(16.452)	(26.722)	(16.452)
Quota RGR	(772)	-	(772)	-
Outros Encargos	(3.598)	(4.093)	(3.598)	(4.093)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(2.544)	(1.321)	(2.544)	(1.321)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(10.922)	(11.581)	(10.922)	(11.581)
Compensação Financeira Pela Util Rec Hidr -CFURH	(5.847)	(8.313)	(5.847)	(8.313)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE.....	(800)	(505)	(800)	(505)
	(51.160)	(42.265)	(51.204)	(42.265)
Receita Operacional Líquida	232.373	168.164	237.718	171.564

Notas Explicativas

28.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$72.610 (R\$72.404 em 31 de março de 2017) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs e pela disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

28.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$136.536 (R\$103.003 em 31 de março de 2017) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de Conexão e do Sistema de Transmissão a terceiros.

28.3. Remuneração do Ativo Financeiro

O valor de R\$30.228 (R\$3.374 em 31 de março de 2017) é composto pela atualização do ativo financeiro relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente – RBSE e também à remuneração dos demais ativos.

29. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Energia Elétrica de Curto Prazo	(28)	-	-	-
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(59.574)	(7.614)	(59.602)	(7.614)
Encargo de Uso do Sistema	(13.369)	(12.737)	(13.369)	(12.737)
	<u>(72.971)</u>	<u>(20.351)</u>	<u>(72.971)</u>	<u>(20.351)</u>

29.1. Energia Elétrica de Curto Prazo

O custo da energia de curto prazo totalizou R\$28, em 2018. Este valor refere-se ao custo da energia de curto prazo, comercializada no âmbito da CCEE.

29.2. Energia Elétrica Comprada de Terceiros

O valor de R\$59.574 (R\$7.614 em 31 de março de 2017) refere-se a compra de Energia de ENERCAN, por determinação do acordo entre acionistas.

29.3. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$13.369 (R\$12.737 em 31 de março de 2017) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

Notas Explicativas

30. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

30. 1. Controladora

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	37.153	42.049	-	-	7.187	7.490	-	-	44.340	49.539
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	7.138	13.054	-	-	3.451	8.116	-	-	10.589	21.170
INSS - Empregador	6.640	6.104	-	-	1.121	1.126	-	-	7.763	7.230
Administradores	90	67	-	-	194	220	-	-	284	287
Subtotal Pessoal / Administradores	51.021	61.274	-	-	11.953	16.952	-	-	62.975	78.226
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	1.708	447	-	-	-	-	-	-	1.708	447
Total Pessoal e Administradores	52.729	61.721	-	-	11.953	16.952	-	-	64.683	78.673
Material	563	291	-	-	83	-	-	-	646	291
Serviço de Terceiros	5.574	11.092	-	-	1.900	488	-	-	7.473	11.580
Depreciação e Amortização	5.177	5.391	-	-	527	134	-	-	5.705	5.525
Custo de Construção	24.863	20.078	-	-	-	-	-	-	24.863	20.078
Arrendamento e Aluguéis	1.358	1.094	-	-	38	45	-	-	1.397	1.139
Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Tributos	1.110	142	-	-	112	239	-	-	1.222	381
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-2.263	624	-	-	-	-	(2.263)	624
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	9.038	5.609	9.038	5.609
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	4.803	927	4.803	927
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	17	25	17	25
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	-311	349	(311)	349
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-758	-	(758)	-
Outros	5	3	-	-	130	-	362	315	497	318
TOTAL	91.380	99.812	(2.263)	624	14.744	17.858	13.151	7.225	117.010	125.519

Notas Explicativas

30. 2. Consolidado

Os saldos compõem-se de:

	CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS		CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal e Administradores												
Remuneração e Encargos	37.153	42.049	-	-	7.187	7.697	-	-	-	-	44.340	49.746
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	7.138	13.054	-	-	3.451	8.116	-	-	-	-	10.589	21.170
INSS - Empregador	6.640	6.104	-	-	1.121	1.126	-	-	-	-	7.763	7.230
Administradores	90	67	-	-	194	220	-	-	-	-	284	287
Subtotal Pessoal / Administradores	51.021	61.274	-	-	11.953	17.159	-	-	-	-	62.975	78.433
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	1.708	447	-	-	-	-	-	-	-	-	1.708	447
Total Pessoal e Administradores	52.729	61.721	-	-	11.953	17.159	-	-	-	-	64.683	78.880
Material	563	291	-	-	83	-	-	-	-	-	646	291
Serviço de Terceiros	5.574	11.092	-	-	1.900	573	-	-	-	-	7.474	11.665
Depreciação e Amortização	5.177	5.391	-	-	527	134	-	-	-	-	5.705	5.525
Custo de Construção	27.298	20.525	-	-	-	-	-	-	-	-	27.298	20.525
Arrendamento e Aluguéis	1.358	1.094	-	-	38	45	-	-	-	-	1.397	1.139
Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Tributos	1.110	142	-	-	112	282	-	-	-	-	1.222	424
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(2.263)	624	-	-	-	-	-	-	(2.263)	624
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	9.038	5.609	5.609	9.038	9.038	5.609
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	4.803	927	4.803	927	4.803	927
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	18	25	18	25	18	25
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(311)	349	(311)	349	(311)	349
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	(758)	-	(758)	-	(758)	-
Outros	8	3	-	-	440	20	454	434	902	456	902	456
TOTAL	93.818	100.259	(2.263)	624	15.054	18.215	13.244	7.344	119.851	126.440	119.851	126.440

Notas Explicativas

31. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
OUTRAS RECEITAS				
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	11	84	11	84
Receita de Prestação de Serviços	2.587	2.527	2.587	2.527
Reversão Perda de Provisão do Ativo Financeiro.....	-	-	-	-
Outras	247	818	247	818
	<u>2.845</u>	<u>3.430</u>	<u>2.845</u>	<u>3.430</u>
OUTRAS DESPESAS				
Perdas na Alienação e Desat. de Bens e Direitos	(907)	(9)	(907)	(9)
Outras	(179)	(424)	(179)	(424)
	<u>(1.087)</u>	<u>(433)</u>	<u>(1.087)</u>	<u>(433)</u>

32. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicações Financeiras.....	5.958	12.291	5.992	12.305
Receitas Financeiras com Parcelamentos	-	161	-	161
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiame	6.810	6.382	6.810	6.382
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	1.616	614	1.616	614
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	3.063	3.728	3.063	3.728
Outras Receitas Financeiras	2.302	(632)	2.302	(632)
Total Receita Financeira	<u>19.748</u>	<u>22.544</u>	<u>19.782</u>	<u>22.558</u>
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Dívidas	(3.900)	(2.445)	(3.900)	(2.445)
Despesas Financeiras com P&D	-	(733)	-	(733)
Despesa Financeira com Tributos.....	(656)	(879)	(656)	(879)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financ.	(8.531)	(0)	(8.531)	(33)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notif.....	-	(191)	-	(191)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	-	(9)	-	(9)
Despesa Financeira Recontabilização CCEE.....	(12.057)	(2.733)	(12.057)	(2.733)
Outras Despesas Financeiras	(1.116)	(174)	(1.169)	(320)
Total Despesa Financeira	<u>(26.260)</u>	<u>(7.165)</u>	<u>(26.313)</u>	<u>(7.344)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	<u>(6.512)</u>	<u>15.379</u>	<u>(6.531)</u>	<u>15.214</u>

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA			
	31/03/2018		31/03/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	37.959	37.959	66.623	66.623
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	3.986	2.391	6.995	4.197
IRPJ - Adicional de 10%	2.651	-	4.658	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Excl.	<u>6.637</u>	<u>2.391</u>	<u>11.653</u>	<u>4.197</u>
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	7.000	2.520	(627)	(226)
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	(1.463)	(527)	(4.802)	(1.729)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	18	6	221	80
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes.....	-	-	-	-
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	<u>12.192</u>	<u>4.390</u>	<u>6.445</u>	<u>2.322</u>
Incentivo PAT = 4%.....	(293)	-	(155)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	-	-	(22)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	<u>11.899</u>	<u>4.390</u>	<u>6.268</u>	<u>2.322</u>
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	(6.566)	(2.364)	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL PERT.....	-	-	(4.494)	(1.618)
IR CS Diferidos	(6.566)	(2.364)	(4.494)	(1.618)
Total IRPJ e CSLL	<u>5.333</u>	<u>2.026</u>	<u>1.774</u>	<u>704</u>

Notas Explicativas

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB em 31 de março de 2018 a despesa de R\$27, referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 apresentamos as Informações das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

34.1. Balanço Patrimonial

34.1.1. Ativo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
ATIVO	1.502.982	1.490.917	3.434.967	3.369.147	(254.468)	(215.540)	4.683.481	4.644.524
CIRCULANTE	510.796	518.319	775.647	764.952	(254.468)	(215.540)	1.031.975	1.067.731
Caixa e Equivalentes de Caixa	320.781	279.711	1.101	1.865	-	-	321.882	281.576
Investimentos em Títulos do Governo.....	39.029	37.150	104.643	98.435	-	-	143.672	135.585
Concessionárias e Permissionárias.....	38.172	91.609	92.996	98.645	-	-	131.168	190.254
Tributos a Recuperar.....	55.394	56.179	7.568	(705)	-	-	62.962	55.474
Estoques.....	9.233	6.608	10.591	9.399	-	-	19.824	16.007
Ativo Financeiro da Concessão.....	3.754	3.754	85.387	85.387	-	-	89.141	89.141
RBSE.....	-	-	183.889	224.471	-	-	183.889	224.471
Pagamentos Antecipados.....	-	-	1.221	1.255	-	-	1.221	1.255
Outros Créditos a Receber.....	44.434	43.308	288.250	246.200	(254.468)	(215.540)	78.216	73.968
NÃO CIRCULANTE	992.186	972.598	2.659.320	2.604.195	-	-	3.651.506	3.576.793
Tributos a Recuperar	5	5	-	-	-	-	5	5
Aplicações Financeiras.....	9	9	-	-	-	-	9	9
Depósitos Judiciais	16.985	15.241	27.391	25.507	-	-	44.376	40.748
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	52.526	52.526	162.382	127.932	-	-	214.908	180.458
Ativo Financeiro da Concessão.....	98.544	92.872	620.788	607.300	-	-	719.332	700.172
RBSE.....	-	-	1.399.409	1.399.409	-	-	1.399.409	1.399.409
Bens e Direitos Dest. a Alienação e Bens de Renda.....	1.709	1.709	385	385	-	-	2.094	2.094
Outros Créditos a Receber.....	74.840	73.864	1.259	1.259	-	-	76.099	75.123
Investimentos.....	237.255	221.902	373.653	366.117	-	-	610.908	588.019
Imobilizado.....	483.208	488.475	72.722	75.113	-	-	555.930	563.588
Intangível.....	27.105	25.995	1.331	1.173	-	-	28.436	27.168

34.1.2. Passivo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
PASSIVO	1.502.982	1.490.917	3.434.967	3.369.147	(254.468)	(215.540)	4.683.481	4.644.524
CIRCULANTE	591.003	574.681	392.736	419.189	(254.468)	(215.540)	729.272	778.330
Fornecedores.....	204.318	209.216	30.773	33.886	-	-	235.091	243.102
Obrigações Trabalhistas.....	1.372	4.950	26.678	27.776	-	-	28.050	32.726
Obrigações Fiscais.....	4.553	8.382	28.366	14.019	-	-	32.919	22.401
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	6.861	7.050	21.382	21.174	-	-	28.243	28.224
Provisão para Benefícios a Empregados.....	65.170	99.740	75.664	96.375	-	-	140.834	196.115
Obrigações de Concessão.....	17.588	17.626	49.536	48.760	-	-	67.124	66.386
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias.....	5.589	4.795	17.850	15.416	-	-	23.439	20.151
Outros Passivos.....	263.118	222.085	24.175	22.680	(254.468)	(215.540)	32.825	29.225
Dividendos Obrigatórios.....	22.434	896	118.312	139.104	-	-	140.746	140.000
NÃO CIRCULANTE	676.708	646.548	894.327	895.347	-	-	1.571.035	1.541.895
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	76.451	77.730	297.061	300.000	-	-	373.512	377.730
Provisão para Benefícios a Empregados.....	437.415	408.916	304.000	295.980	-	-	741.415	704.896
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias.....	97.363	96.059	53.003	50.719	-	-	150.366	146.778
Obrigações de Concessão.....	4.636	4.332	5.917	5.231	-	-	10.553	9.563
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	4.234	3.707	230.497	239.612	-	-	234.731	243.319
Outros Passivos.....	56.609	55.804	3.849	3.805	-	-	60.458	59.609
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	235.271	269.688	2.147.904	2.054.611	-	-	2.383.175	2.324.299
Capital Social	97.789	97.789	817.843	817.843	-	-	915.632	915.632
Reserva de Capital	-	32.049	-	295.136	-	-	-	327.185
Outros Resultados Abrangentes	(130.930)	(189.373)	(327.426)	(271.153)	-	-	(458.356)	(460.526)
Reserva Legal.....	3.272	3.272	17.144	17.144	-	-	20.416	20.416
Reserva Estatutária.....	6.544	6.543	34.288	34.288	-	-	40.832	40.832
Reserva Especial de Lucros a Realizar.....	-	-	194.505	194.505	-	-	194.505	194.505
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído.....	44.297	44.297	559.839	559.839	-	-	604.136	604.136
Reserva de Incentivos Fiscais	307.160	307.160	702.144	702.144	-	-	1.009.304	1.009.304
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(92.861)	-	149.567	-	-	-	56.706	-

Notas Explicativas

34.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	84.373	68.113	148.000	100.051	-	-	232.373	168.164
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(99.876)	(46.805)	(64.475)	(73.358)	-	-	(164.351)	(120.163)
Custo com Energia Elétrica	(72.971)	(20.351)	-	-	-	-	(72.971)	(20.351)
Custo de Operação	(26.905)	(26.454)	(64.475)	(73.358)	-	-	(91.380)	(99.812)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(15.503)	21.308	83.525	26.693	-	-	68.022	48.001
Despesas Operacionais	(8.114)	(8.426)	(17.518)	(17.281)	-	-	(25.632)	(25.708)
Despesas com Vendas	(492)	(756)	2.755	132	-	-	2.263	(624)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.062)	(5.091)	(10.682)	(12.767)	-	-	(14.744)	(17.858)
Outras Despesas Operacionais.....	(3.560)	(2.579)	(9.591)	(4.646)	-	-	(13.151)	(7.225)
Outras Receitas.....	1.702	1.468	1.143	1.962	-	-	2.845	3.430
Outras Despesas.....	(737)	(433)	(350)	0	-	-	(1.087)	(433)
RESULTADO DO SERVIÇO	(22.653)	13.916	66.800	11.374	-	-	44.148	25.290
Resultado de Participações Societárias	15.353	19.277	8.564	6.678	-	-	23.917	25.955
Receita(Despesa) Financeira	(6.596)	10.596	83	4.783	-	-	(6.512)	15.379
RESULTADO ANTES DO IR E CS	(13.895)	43.789	75.447	22.835	-	-	61.553	66.624
Imposto de Renda Corrente	-	(3.178)	(11.899)	-	-	-	(11.899)	(3.178)
Imposto de Renda Diferido.....	(147)	(179)	6.713	(3.564)	-	-	6.565	(3.743)
Contribuição Social Corrente	-	(1.181)	(4.391)	-	-	-	(4.391)	(1.181)
Contribuição Social Diferido.....	(53)	(64)	2.418	(1.312)	-	-	2.364	(1.376)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(14.095)	39.188	68.288	17.959	-	-	54.193	57.146
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$.....	(0,04)	0,04	0,08	0,04	-	-	0,14	0,15
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$.....	(0,04)	0,04	0,08	0,04	-	-	0,14	0,15

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA					Total
		31/03/2018					
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	318.415	-	-	-	-	318.415
Concessionárias e Permissonárias	6	-	4.688	-	-	-	4.688
Cedência de funcionários	9	202	27	-	7	-	236
Conta Gráfica	9	-	3.425	-	-	-	3.425
Mútuo CEEE-D.....	9	-	72.087	-	-	-	72.087
		318.617	80.227	-	7	-	398.851
Passivo							
Contribuição Patrocinadora	21	-	-	-	4.796	-	4.796
Empréstimo circulante	20	-	-	-	91.280	-	91.280
Empréstimo não circulante	21	-	-	-	81.188	-	81.188
		-	-	-	177.264	-	177.264
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	9.461	2.434
Suprimento de Energia Elétrica		-	166	-	-	-	54.769
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	14.249	-	-	-	(35.801)
Despesa operacional - Pessoal		-	-	-	2.167	-	97.601
Receita financeira		5.893	22	-	-	-	5.915
		5.893	14.416	-	2.167	9.461	124.897

Notas Explicativas

Nota Explicativa	31/12/2017					
	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	279.496	-	-	-	279.496
Concessionárias e Permissionárias	6	-	2.756	-	-	2.756
Cedência de funcionários	9	177	59	-	-	236
Conta Gráfica	9	-	5.802	-	-	5.802
Mútuo CEEE-D.....	9	-	70.959	-	-	70.959
		<u>279.673</u>	<u>79.576</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>359.249</u>
Passivo						
Fornecedores	17	-	-	115.063	-	115.063
Contribuição Patrocinadora	21	-	-	3.357	-	3.357
Empréstimo não circulante	20 e 21	-	-	71.458	-	71.458
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>189.878</u>	<u>-</u>	<u>189.878</u>
Resultado						
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	3.173	3.173
Suprimento de Energia Elétrica		-	2.434	-	-	2.434
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	54.769	-	-	54.769
Despesa operacional – Pessoal		-	-	(35.801)	-	(35.801)
Receita financeira		731	96.870	-	-	97.601
Despesa financeira		-	(21)	-	-	(21)
		<u>731</u>	<u>154.052</u>	<u>(35.801)</u>	<u>3.173</u>	<u>122.155</u>

35.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de março de 2018 foi de R\$978 (R\$978 em 31 de março de 2017), contando com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação. A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS				
Conselho de Administração e Fiscal.....	120	120	120	120
Verba de Representação e honorário Diretor não Empregado.....	86	86	86	86
Benefícios e Encargos	50	50	50	50
Subtotal	<u>256</u>	<u>256</u>	<u>256</u>	<u>256</u>
Diretores Empregados	<u>722</u>	<u>722</u>	<u>722</u>	<u>722</u>
Total	<u>978</u>	<u>978</u>	<u>978</u>	<u>978</u>

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros				
Numerário Disponível	3.467	2.080	4.027	4.981
SIAC/BANRISUL	318.415	279.496	320.644	280.352
Concessionárias e Permissionárias	6	131.168	190.681	190.681
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.583.298	1.623.881	1.623.881
Ativo Financeiro da Concessão	12	808.473	789.313	1.011.198
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	10	143.672	135.585	135.585
		<u>2.988.494</u>	<u>3.020.609</u>	<u>3.253.520</u>
Passivos Financeiros				
Fornecedores	17	235.091	243.102	292.011
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	401.755	405.954	405.954
TOTAL		<u>636.846</u>	<u>649.056</u>	<u>689.965</u>

Notas Explicativas

36.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$131.168.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

36.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Informações Trimestrais Financeiras Intermediárias foi:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	321.882	281.576	324.671	285.333
Concessionárias e Permissionárias	6	131.168	190.254	131.571	190.681
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	143.672	135.585	143.672	135.585
Ativo Financeiro da Concessão	12	808.473	789.313	1.034.632	1.011.198
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.583.298	1.623.880	1.583.298	1.623.880
TOTAL		2.988.494	3.020.608	3.217.844	3.246.677

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

O segmento de Geração da companhia CEEE-GT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e no Ambiente Livre - CCEALs. As receitas atreladas a estes contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário – CDBs.

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre distribuidora e órgãos reguladores.

No geral a Administração entende que o risco de crédito no qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Companhia mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

II. Garantias

A Companhia concedeu garantia quando da captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo que parte do contas a receber é repassada ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

Notas Explicativas

III. Derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

36.1.2. Risco de Preço

O segmento de Geração tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Esta variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada cinco anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração – RAG, a qual deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARS e CCEALS, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado, e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

36.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas, através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL, às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

36.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/03/2018 cuja cotação do dólar corresponde a R\$3,28 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do Bacen para 30/06/2018, correspondente ao dólar a R\$3,40. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Notas Explicativas

Itens	Cenário Base em 31/03/2018	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	346.492	388.071	485.089	582.107
Passivo Líquido Exposto	346.492	388.071	485.089	582.107
Efeito Líquido da Variação Cambial			97.018	194.036

36.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

		CONTROLADORA				
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	321.882	321.882	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	131.168	131.168	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	143.672	143.672	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	808.473	89.141	-	-	719.332
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.583.298	183.889	197.912	593.737	607.760
		2.988.492	869.751	197.912	593.737	1.327.092
Passivos Financeiros						
Fornecedores	17	235.091	235.091	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	678.343	50.462	48.147	136.749	442.985
		913.434	285.553	48.147	136.749	442.985
		CONSOLIDADO				
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	324.671	324.671	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	131.571	131.571	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	143.672	143.672	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	1.034.632	98.868	-	-	935.764
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.583.298	183.889	197.912	593.736	607.761
		3.217.843	882.670	197.912	593.736	1.543.525
Passivos Financeiros						
Fornecedores	17	284.151	284.151	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	678.343	50.462	48.147	136.749	442.985
		962.494	334.613	48.147	136.749	442.985

36.1.6. Gestão de Capital

A Companhia visa uma estrutura de capital que seja coerente com o cenário macroeconômico e setorial e que também seja capaz de salvaguardar sua capacidade de continuidade a fim de que se mantenha a confiança do investidor e que seja possível a captação de novos financiamentos para garantir a execução de seus investimentos.

Por meio de uma estrutura de capital saudável é possível equilibrar o saldo de dívidas e de patrimônio e para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Companhia tem a possibilidade de revisar a sua prática de pagamento de dividendos, de alongar o perfil de sua dívida bem como de alienar os ativos alheios à concessão.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

Notas Explicativas

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Endividamento					
Empréstimos e Financiamentos	20	401.755	405.954	401.755	311.500
Caixa e equivalentes de caixa	5	(321.882)	(281.576)	(324.671)	(285.333)
Investimento em Títulos do Governo	10	(143.672)	(135.585)	(143.672)	135.585
Dívida Líquida		<u>(63.799)</u>	<u>(11.207)</u>	<u>(66.588)</u>	<u>161.752</u>
Patrimônio Líquido		<u>2.378.395</u>	<u>2.324.299</u>	<u>2.392.954</u>	<u>2.324.299</u>
Endividamento do Patrimônio Líquido		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>0,07</u>

36.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados à inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/03/2018 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 31/03/2018. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO			
			Cenário Base em 31/03/2018	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	20					
BNDES		TJLP	55.263	78.189	67.488	88.889
Exposição Líquida			<u>(55.263)</u>	<u>(78.189)</u>	<u>(67.488)</u>	<u>(88.889)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(22.926)</u>	<u>10.701</u>	<u>(21.401)</u>

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Informações Trimestrais conforme sugerido no CPC 48 e IFRS 9.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

36.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Notas Explicativas

	Nota	CONTROLADORA	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	321.882	321.882
Concessionárias e Permissionárias.....	6	131.168	131.168
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	10	143.672	143.672
Ativo Financeiro da Concessão.....	12	808.473	808.473
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	13	1.583.298	1.583.298
Total		2.988.492	2.988.492
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	17	235.091	235.091
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	20	678.343	678.343
Total		913.434	913.434
		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	324.671	324.671
Concessionárias e Permissionárias.....	6	131.571	131.571
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	10	143.672	143.672
Ativo Financeiro da Concessão.....	12	1.034.632	1.034.632
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	13	1.583.298	1.583.298
Total		3.217.843	3.217.843
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	17	284.151	284.151
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	20	678.343	678.343
Total		962.494	962.494

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

36.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	CONTROLADORA			
	Valor contábil 31/03/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	318.415	-	318.415	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	143.672	143.672	-	-
Ativo Financeiro da Concessão.....	808.473	808.473	-	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	1.583.298	-	-	1.583.298
	2.853.859	952.145	318.415	1.583.298
CONSOLIDADO				
	Valor contábil 31/03/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	320.644	-	320.644	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	143.672	143.672	-	-
Ativo Financeiro da Concessão.....	808.473	808.473	-	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	1.034.632	-	-	1.034.632
	2.307.421	952.145	320.644	1.034.632

36.1.10. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo dos Investimentos em Títulos do Governo foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Notas Explicativas

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão e da Rede Básica do Sistema Existente foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

36.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

36.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional - SIN é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, as quais estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico destes empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétricos, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo – MCP, podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, o que no caso da CEEE-GT representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas Distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

36.2.2. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Companhia.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a

atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

César Eduardo Lindenmeyer
Diretor

Elisangela Moura Rodrigues
CRCRS 62.384

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais- ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2400 – Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis e ISRE 2400 – Engagements to Review Historical Financial Statements, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 15 de maio de 2017, sem modificação.

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 22 de março de 2018, sem modificação.

Porto Alegre - RS, 11 de maio de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC RS 005519/F 0

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1SP 139268/O-6 – S – RS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

Porto Alegre, 11 de Maio de 2018.

URBANO SCHMITT

Diretor Presidente

CÉSAR LUIS BAUMGRATZ

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

CÉSAR EDUARDO LINDENMEYER

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS relativamente às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

Porto Alegre, 11 de Maio de 2018.

URBANO SCHMITT

Diretor Presidente

CÉSAR LUIS BAUMGRATZ

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

CÉSAR EDUARDO LINDENMEYER

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor